

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

VITOR RAFAEL DE SOUZA RIBEIRO

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE O CORPO HUMANO E O DESCARTE DA
VELHICE: UMA REFLEXÃO BIOÉTICA**

CURITIBA

2017

VITOR RAFAEL DE SOUZA RIBEIRO

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE O
CORPO HUMANO E O DESCARTE DA VELHICE:
UMA REFLEXÃO BIOÉTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Bioética, Escola de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Bioética.

Orientador: Professor Doutor Thiago Rocha da Cunha.

CURITIBA

2017

VITOR RAFAEL DE SOUZA RIBEIRO

AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE O CORPO HUMANO E O DESCARTE DA VELHICE: UMA REFLEXÃO BIOÉTICA Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da Escola de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Bioética

COMISSÃO EXAMINADORA

Doutora Caroline Rosaneli

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Doutor Natan Monsores

Universidade de Brasília

Doutor Thiago Rocha da Cunha (presidente)

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba, ____ de _____ de 2017.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer às mulheres da minha família, minha avó e a minha mãe, pela garra e pela luta para poder proporcionar a mim valores como dignidade, força, senso crítico e consciência de classe, o que me ajudou em muito na minha trajetória pessoal.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos e companheiros de luta: Lara Taline, Jean Stedile, Thiago Calve, Eric Gil e Suelen Moura que sempre estiveram ao meu lado nessa caminhada e por muitas vezes me ajudaram quando surgiram limitações relacionadas a diversos temas abordados nessa dissertação.

Gostaria também de agradecer ao meu companheiro Timotheé Houzé pela paciência, pelo carinho e pela motivação em momentos que pensei em desistir.

Ao meu orientador Thiago da Cunha, pelo incentivo, pelas críticas certeiras e pela motivação em diversos momentos que questionei se seria capaz de continuar.

Gostaria, por fim, de agradecer a todos os meus pacientes idosos que sempre relataram de forma muita verdadeira sua trajetória profissional, o que me fez idealizar esta pesquisa.

Elegia 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum
exemplo.

Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo
sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a
concepção.

À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.
Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de
morrer.

Mas o terrível despertar prova a existência da Grande
Máquina e te repõe, pequenino, em face de
indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de
semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta
distribuição porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha
de Manhattan.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Diante do crítico cenário sócio-econômico contemporâneo em que a população global passa por um rápido processo de envelhecimento demográfico e de aprofundamento de desigualdades, é importante investigar ferramentas interdisciplinares de compreensão e transformação da realidade. Isto pode contribuir para uma *práxis social* comprometida com a sobrevivência justa no planeta. Neste contexto, utilizaremos da bioética para investigar alguns conflitos éticos da relação entre trabalho e o corpo humano, especificamente a desconsideração existente com o trabalhador envelhecido dentro do sistema capitalista. Partindo da ideia de que quando o corpo do trabalhador se encontra envelhecido, ou seja, quando o corpo não corresponde mais a demanda imposta pela produção, seja por questões físicas, psíquicas ou sociais, ele é descartado do mercado de trabalho. Com isso, esse indivíduo, que já é vulnerabilizado pela decrepitude biológica do corpo, também pode ser tornar, dependendo do lugar que ocupou na sua história produtiva, um vulnerável social e econômico. Este conflito ético, o qual denominaremos descarte da velhice, é o problema central abordado neste trabalho, que se sustenta na aproximação de referenciais teóricos da bioética com categorias centrais para a compreensão do descarte da velhice, a saber: Trabalho, Corpo e Envelhecimento. O primeiro capítulo apresenta uma leitura sobre o conceito de Trabalho a partir de obras de Karl Marx e Giovanni Berlinguer; o seguinte aborda algumas formas de controle e sujeição dos corpos no sistema capitalista através de autores foucaultianos e das propostas de Volnei Garrafa e Dora Porto para a Bioética de Intervenção; em sequência, investiga alguns temas relacionados ao processo de envelhecimento tendo como bases as leituras de Solange Maria Teixeira e de autores da bioética que abordam conflitos éticos sobre tal processo. Por fim, apresenta um artigo com a síntese e análise dos conflitos éticos do descarte da velhice. Ao desnudar as relações entre o corpo humano e o descarte da velhice, esperamos alertar a necessidade de novas agendas de pesquisa e de políticas públicas dedicadas a construir outra organização econômica planetária que possibilite a todas e todos viverem, trabalharem e a envelhecerem com dignidade e autonomia.

Palavras-chave: Trabalho, corpo, envelhecimento, bioética.

ABSTRACT

Faced with the critical contemporary socio-economic context in which the global population experiences a fast demographic aging process and the increase of inequality, it is crucial to search interdisciplinary tools towards the comprehension and transformation of reality. Such task can contribute to a social praxis compromised with a fairer survival on the planet. In this scenario, bioethics is the basis for investigating some ethical conflicts in the relation between labor and the human body, specifically the disregard for the aged worker in the capitalist system. It is a patent fact that the aged worker's body is discarded by the employing market, for not being able to correspond, physical, psychic or socially, the demand imposed by production. Thus, already vulnerable due to a biological decrepitude, the aged individual can also become, according to the place he or she occupied in his or her production history, a social and economic vulnerable. This ethical conflict, hereby nominated the disposal of old age, is the central issue addressed in this thesis, which is sustained by the approach of bioethics' theoretical references with central categories for the understanding of the disposal of old age: Labor, Body and Aging. The first chapter presents the concept of Labor, constructed by Karl Marx and Giovanni Berlinguer; the second chapter addresses some forms of control and subjection of the bodies in the capitalis system, based upon foucaultian authors, the proposals of Volnei Garrafa and Dora Porto for the Intervention Bioethics; thereafter, the third chapter investigates some themes related to the aging process, using the work of Solange Maria Teixeira and other authors who approach the ethical conflicts of such process. Lastly, an article is presented with the synthesis and analysis of the ethical conflicts and the disposal of old age. By revealing the relations between the human body and the disposal of old age, the hope is to alert the need of new research agendas and public policies dedicated to build another planetary economical organization which makes possible for everyone to work and age in dignity.

Key words: Work, body, aging, bioethics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	13
1.1 O TRABALHO NA ERA DO CAPITAL E OS MODOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	13
1.2 O TRABALHADOR E O CAPITAL: OS CONFLITOS BIOÉTICOS	18
2.1 BIOÉTICA E CORPORIEDADE	25
2.2 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO COMO FERRAMENTA CRÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO	26
2.3 O CONTROLE DOS CORPOS: RELAÇÕES DE PODER E AS FORMAS MODERNAS DE APROPRIAÇÃO DOS CORPOS	31
CAPÍTULO III	37
3.1 BIOÉTICA E ENVELHECIMENTO	37
3.2 A CONDIÇÃO DO VELHO TRABALHADOR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	38
3.3 O DESCARTE DA VELHICE: REFLEXÕES BIOÉTICAS	42
CAPÍTULO IV	46
4.1. ARTIGO: AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE O CORPO HUMANO E O DESCARTE DA VELHICE	46
4.2 INTRODUÇÃO	47
4.2 TRABALHO NA ERA DO CAPITAL E AS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS	48
4.3 O CORPO E A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO	52
4.4 CORPO, TRABALHO E CONTROLE	55
4.5 O DESCARTE DA VELHICE E A BIOÉTICA PARA O ENVELHECIMENTO	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
BIBLIOGRAFIA	66

INTRODUÇÃO

Diante do crítico cenário sócio-econômico contemporâneo e do rápido avanço técnico-científico, no qual cada indivíduo é tensionado e afetado direta ou indiretamente por fatores econômicos, políticos, culturais, tecnológicos, éticos, morais e ambientais, a Bioética tem se tornado uma importante ferramenta interdisciplinar de compreensão e transformação da realidade. Especialmente nas produções latino-americanas, o que esse campo do conhecimento propõe é a leitura crítica do mundo, no que tange aos conflitos éticos relacionados à vida e, mais especificamente, à saúde humana - apontando as iniquidades e injustiças para alcançar a transformação da realidade, uma *práxis* social (Garrafa e Porto, 2002).

Neste contexto, nos deparamos com a vulnerabilidade do trabalhador na sociedade contemporânea. Partindo da ideia de que quando o corpo do trabalhador se encontra doente, limitado ou envelhecido, ou seja, quando o corpo não corresponde à demanda imposta pela produção, seja por questões físicas, psíquicas ou gerontológicas, ele é descartado do mercado de trabalho. Quando tal corpo é descartado ele passa a ser tutelado pelo Estado ou, em situações piores, é abandonado à própria sorte, pois não serve mais para a demanda de exploração da força de trabalho para o acúmulo de capital. Este é o conflito bioético central a ser problematizado nesta dissertação.

Diante do cenário de crise econômica do capitalismo global, que se estende desde 2008 (Carcanholo, 2011) e todos os seus desdobramentos na realidade política de diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, nos escancara a necessidade de compreender as implicações bioéticas na relação entre trabalho, corpo e envelhecimento perante os conflitos que o trabalho vem sofrendo no tensionamento com o Capital. Presenciar a atual investida que promove o desmantelamento - do já fragilizado “Estado de bem estar social” e a consequente pulverização do Estado Democrático de Direito - promovida por grupos políticos, especuladores, organismos financeiros e grandes corporações, que protagonizam a tentativa de precarizar direitos individuais dos trabalhadores, requer um posicionamento crítico. Pois ao trabalhador, aquele que tudo produziu, resta encarar a marcha desenfreada do neoliberalismo com muita força para a luta, pois a cada dia o êxito de anulação social desse indivíduo se torna mais próxima.

O trabalhador deve temer a condição de vulnerabilidade social e econômica que o cerca nesta empreitada, pois, à margem da desigualdade, tende a sucumbir diante do processo que está em curso: o barateamento da produção através da queda no custo com mão de obra, aumento da jornada semanal de trabalho e o incremento no tempo de contribuição previdenciária. O conceito de “flexibilização do trabalho”, que volta à agenda, com as novas demandas dos setores produtivos em todo mundo, nada mais é que a retirada de direitos fundamentais da classe trabalhadora. É nesse

contexto de pressão de retirada de direitos e exploração da classe trabalhadora imposta pela lógica do capitalismo moderno que se exige dos pesquisadores da bioética certa militância, não só teórica, mas também prática e discursiva, conforme já defendem desde 2002 os autores da Bioética da Intervenção (Garrafa e Porto, 2002). É essa perspectiva, pela abordagem tipicamente latino-americana da bioética, que constituirá o corpo teórico neste estudo.

Tendo em vista este panorama, o presente trabalho propõe um paralelo entre três tópicos cujas relações implicam em diferentes conflitos bioéticos, a saber: o trabalho, o corpo e o envelhecimento como objeto da produção. Utilizaremos a pluralidade bibliográfica e científica proporcionada pela bioética para produzir um artigo científico voltado à análise das implicações do trabalho sobre o corpo humano e o descarte da velhice. Como percurso metodológico, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa teórica (BAFFI, 2016) que pretende trazer à tona referenciais bibliográficos de diversas áreas do saber. Usamos para a investigação desses estudos, plataformas Bireme, Scielo e Capes Periódicos, utilizando as seguintes palavras-chave: *Trabalho, Corpo, Envelhecimento e Bioética*. Além da busca nas plataformas eletrônicas, recorreremos diretamente a obras literárias que analisam criticamente a relação e as implicações bioéticas entre trabalho, corpo e envelhecimento. Propomos a lupa crítica da bioética como ferramenta de análise desses temas, pois considero os mesmos essenciais para a manutenção da vida e da dignidade humana na sociedade.

Tendo em vista esta abordagem metodológica, a dissertação estrutura-se em três eixos temáticos que entrelaçarão com a reflexão bioética em três diferentes capítulos e que constituirão um “exercício de fundamentação teórica” para a elaboração do citado artigo científico.

No primeiro capítulo, partiremos do conceito de trabalho tal como elaborado por Karl Marx (1818-1883). Para melhor delinear o embasamento epistemológico deste capítulo, recorreremos a um recorte histórico que se inicia com a Revolução Industrial na Inglaterra. Para contextualizar a situação da classe trabalhadora daquele país durante o período de instauração do capitalismo moderno, recorreremos às interpretações de Friedrich Engels (1820-1895), com o objetivo de elucidar como se deu o processo de consolidação e as transformações que desencadearam as necessidades de reinvenção do capitalismo naquele período. Para tanto, será feita uma contextualização de algumas das principais transformações do século XX, como o surgimento de novos métodos científicos de produção no decorrer desse período. Portanto, recorreremos à sustentação teórica e crítica deste capítulo, autores de diversas áreas do conhecimento, como sociólogos, economistas, sanitaristas e bioeticistas que se debruçaram sobre o tema do trabalho. Chega-se então aos conflitos éticos e morais existentes na relação entre a classe trabalhadora e os proprietários dos meios de produção. Para refletir sobre esses conflitos, utilizando os apontamentos

sugeridos pelo bioeticista Giovanne Berliquer (1924-2015), que, em suas pesquisas sobre o tema do trabalho, problematiza e desnuda os problemas morais e éticos que afligem os trabalhadores.

No segundo capítulo dessa dissertação, iremos apresentar a Bioética de Intervenção, idealizada por Volnei Garrafa e Dora Porto, que tem o objetivo de se colocar como uma ferramenta crítica de resolução e transformação de conflitos existentes nos países ditos periféricos, onde situações de desigualdade e injustiças sociais são persistentes ao longo da história. É notável que a bioética de intervenção se coloque como um contraponto no contexto da bioética que surgiu nos países ricos. Tal vertente da bioética propõe a intervenção ética através da análise crítica das sensações de prazer e dor expressadas pela corporeidade humana, sobretudo em contextos de profunda desigualdade e vulnerabilidade social.

Na segunda parte deste capítulo, apresentam-se ainda como alguns dos formatos, conceitos e narrativas do capitalismo moderno serviram e continuam servindo como uma espécie de maquiagem que tenta esconder a raiz concreta, histórica e material do seu objetivo final, o lucro – que se realiza através da exploração dos homens sobre os homens e sobre a natureza. Tal objetivo só é – e sempre foi – realizado através da apropriação da força produtiva contida na corporeidade humana, que regida pela lógica capitalista, é posta para negociação no mercado como mercadoria para fins exploração.

Dado este contexto, apresentaremos alguns importantes mecanismos de controle, disciplina e docilidade dos corpos criados pelo capitalismo, através de suas instituições que serviram para moldar e capturar os indivíduos para fins de exploração. Fazendo uso de autores foucaultianos e também de autores marxistas para melhor elucidar o espírito crítico dessa pesquisa.

No terceiro capítulo, iremos apresentar a condição do trabalhador envelhecido, aquele que se sujeitou a todos os mecanismos e submissão, disciplina, controle e exploração do seu corpo durante a vida. Trata-se do trabalhador que foi descartado do processo produtivo por não ter mais em sua corporeidade o valor mercadológico da força de trabalho. Seguindo o recorte ético-político que prioriza os problemas relacionados às camadas socialmente mais vulneráveis da sociedade, toda a análise deste trabalho terá como foco o corpo do trabalhador envelhecido ‘pobre’, ‘excluído’, ‘marginalizado’, ‘explorado’, etc., em detrimento dos corpos dos idosos que envelhecem nas camadas privilegiadas do sistema capitalista.

Na segunda parte do terceiro capítulo trataremos, ainda, de como a Bioética do Envelhecimento é de suma importância para a reflexão na criação de políticas, narrativas e outras ferramentas que proporcionem um olhar ético de dignidade e respeito diante da vulnerabilidade destes trabalhadores envelhecidos.

Por fim, no último capítulo apresenta-se o artigo científico de caráter teórico, crítico e analítico produzido a partir do exercício de fundamentação teórica apresentado nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I

1.1 O TRABALHO NA ERA DO CAPITAL E OS MODOS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A forma com que o mundo do trabalho se organizava na Europa sofreu uma mudança crucial com o advento da Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, na Inglaterra. A invenção de novas tecnologias, sobretudo movidas a vapor, proporcionou uma mudança radical na lógica de produção social, seja em sua estrutura, seja na forma de organização do trabalho. Nesse momento, as habilidades pessoais, capacidades profissionais e a auto-expressão dos trabalhadores foram desvalorizadas e passaram a ser controladas pelos detentores dos meios de produção. Assim, o que restou ao trabalhador foi apenas a força do corpo para a execução do seu trabalho com fins de produção de bens de consumo a serem mercantilizados pelos detentores dos meios de produção.

Sobre as profundas transformações do período, o filósofo e cientista social Friedrich Engels (1820-1895) – ao se debruçar sobre a situação dos trabalhadores ingleses – afirma que a história da classe operária, naquele país, se iniciou no final do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor e do maquinário de tecelagem industrial. Essas novas tecnologias foram responsáveis pelo desencadeamento do processo que conhecemos como Revolução Industrial (ENGELS, 1892).

Até a introdução das máquinas na produção, a tecelagem e a fiação ocorriam dentro das casas dos trabalhadores, residentes de áreas campestres próximas das cidades. Porém, a rápida expansão da indústria determinou a produção em larga escala, a concentração dos meios de produção e a demanda de mais força de trabalho. Com isso, milhares de pessoas deixaram o campo e foram obrigadas a migrarem. Surgiram, assim, grandes cidades industriais, onde pelo menos três quartos da população eram constituídos por operários.

Em 1892, Londres tinha uma população de 2,5 milhões de habitantes – fato que lhe rendeu o título de “capital mundial do comércio”. Contudo, Engels não vê esse movimento como moralmente positivo. Para demonstrar algumas das implicações eminentemente éticas deste processo, reproduzimos a seguinte passagem do autor:

Esses milhares de indivíduos de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direção oposta não impeçam seu

movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar, essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade (ENGELS, 1892, p.68)

Nesse momento em que surge uma nova massa de trabalhadores urbanizados, a indústria se torna centralizadora, levando a massificação da população em grandes cidades. Esse fenômeno é inerente ao próprio capital, uma vez que a indústria centraliza a população em torno dela devido a sua necessidade de força de trabalho para produção. Neste processo, o ser humano foi reduzido a uma pequena fração do capital, colocado à disposição do capitalista nas grandes cidades, que paga ao operário um juro – também conhecido como salário.

De acordo com Engels, a centralização da população pelo capital acaba por formar grandes “vilas”. Os residentes destes locais apresentam necessidades que os levam a depender uns dos outros. Por este motivo, enquanto os jovens se ocupavam do trabalho fabril, os mais velhos trabalhavam como pedreiros, marceneiros, artesões, padeiros, alfaiates, etc. (ENGELS, 1982).

O autor também analisa as consequências extremas desse fenômeno social e econômico. Sua conclusão é que estava em curso uma guerra social, uma verdadeira “guerra de todos contra todos” (ENGELS, 1892, p.69). Nela, os indivíduos consideram Seres Humanos objetos utilizáveis, criando um contexto no qual “(...) cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os pouco fortes, isto é, os capitalistas se apropriam de tudo” (ENGELS, 1892, p. 69).

Diante dessa guerra, em que as armas são o capital e a propriedade dos meios de subsistência, o ônus de tal condição recai sobre o mais pobre. Esquecido e ignorado, ele deve encontrar seu próprio meio de sobrevivência. Se por acaso encontrar um trabalho, ou seja, se o capitalista estiver disposto a enriquecer ainda mais à custa de sua força de trabalho, em troca, o trabalhador receberá não mais que o suficiente para sua própria subsistência (ENGELS, 1892).

Constrangida e humilhada, essa massa de trabalhadores é obrigada a vender seu único bem, sua força de trabalho – força essa que é negociada como mercadoria, como qualquer mercadoria, se torna sujeita a toda a lógica de concorrência e flutuações do mercado. Assim, o corpo perde seu valor ético de humanidade para dar lugar a um valor econômico. De acordo com Marx e Engels,

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um mero apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie (MARX; ENGELS, 1848, p.46)

Para compreender melhor como as mudanças deste período impactaram na maneira com que o capitalismo passou a dominar os corpos, é fundamental a compreensão do conceito de trabalho na perspectiva de Karl Marx. De acordo com este autor, “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. (MARX, 1867, p. 255)

Desta maneira, para Marx, o trabalho constitui a condição natural eterna da existência humana, ou seja, sem o trabalho não haveria o desenvolvimento histórico-social da humanidade (Hirano, 2001). Nas palavras de Marx:

Por meio de seu acionamento, o trabalho, gastasse determinada quantidade de músculos, nervos e cérebro humano, que tem que ser reposta. Esse gasto aumentado implica um lucro aumentado. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e sua força (MARX, 1867 p. 245).

Assim, o processo de trabalho é, em si, um fenômeno positivo e parte fundamental na engrenagem da história e da constituição do homem. O ser humano é portador consciente da atividade criadora que se realiza através da potencialidade exercida pelo corpo na relação com a natureza. Sendo a natureza e o humano pressupostos da produção material, eles coexistem através dos meios de produção e do trabalhador. Logo, há uma dupla relação no processo de produção: a apropriação natural (material) e a apropriação social, que é determinada pelo modo de atividade social – a relação no processo de produção. Considerando que a sociedade não é uma abstração frente ao indivíduo, o ser social é parte produtiva da sociedade, caracterizando-a como uma cooperação mútua que se dá direta ou indiretamente entre vários atores que se relacionam através do trabalho. Isso implica que a estrutura da sociedade se dá através da força produtiva de seus indivíduos. (MARX, K. 1978b *apud* HIRANO, S. 2001).

Ao analisar a história desta força produtiva, Marx salienta a existência e a importância da relação material entre homem e o trabalho, desde os primórdios da história, afirmando que:

A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1867, p. 255).

Contudo, após a modernidade, esta relação do trabalho se modifica substancialmente, quando o capitalista passa a controlar a relação entre homem e trabalho, por meio da transformação da própria força de trabalho em mercadoria. O conceito de força de trabalho é também parte fundamental na obra de Marx. Segundo o autor alemão:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos que o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um

homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. (MARX, 1867, p. 242).

O capitalista encontra, portanto, força de trabalho como mercadoria no mercado. Porém, isso depende de vários fatores, uma vez que a força de trabalho só é disponibilizada no mercado por quem a possui – o trabalhador. Assim, o possuidor de dinheiro – o capitalista – e o possuidor da força de trabalho – o trabalhador – se encontram no mercado e estabelecem uma relação de possuidores de mercadoria (MARX, 1867).

A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência (MARX, 1867).

Consolidado o processo de Revolução Industrial na Europa no século XIX, o início do século XX é marcado por novas mudanças nos modos de produção capitalista. Idealizado pelo estadunidense Henry Ford (1863-1947), o modelo – fordista – modificou o processo artesanal de produção de carros e implementou o Sistema Taylor na linha de montagem de automóveis. O Sistema Taylor consiste em um método científico de administração desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Taylor (1856-1915), que tem como finalidade uma forma de organização do trabalho humano, programando o parcelamento das atividades e tarefas exercidas pelos trabalhadores através da supervisão e do controle dos movimentos laborais e do tempo na execução de cada tarefa. Este novo cenário levou à desqualificação da força de trabalho devido ao parcelamento na linha de montagem, limitando à uma pequena fração a prática do trabalhador, negando sua participação no resultado final do seu próprio trabalho. O trabalhador no sistema Fordista/Taylorista passa a ser apenas um “apêndice do sistema mecânico, ou seja, um corpo morto” (SANTOS, 2009, p. 1).

Não há dúvidas de que a racionalização científica dos meios de produção capitalista promovida pelo Fordismo/Taylorismo elevou exponencialmente a produção dos bens de consumo e o acúmulo de capital. Nesse sentido, Santos analisa:

O fordismo-taylorismo se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos a linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador. E essa forma de organização do trabalho é a marca do período de crescimento e expansão do pós-guerra que vai de 1945-1973, conhecida como a “Era de Ouro” do capitalismo. Sendo a época do surgimento de uma nova institucionalidade não só para garantir a reprodução do capital, mas para manter o

capitalismo. Nessa época, foi necessário incorporar as massas, ou seja, oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos previdenciários, saúde, educação etc. (SANTOS, 2009, p. 2).

Com a grande crise do capitalismo na década de 1970, outro formato de produção é colocado em prática nas indústrias devido à necessidade de transformação exigida pelo capital diante da crise econômica mundial e a conseqüente queda do lucro. É neste momento instável que começa a ser praticado, em larga escala mundial, o método japonês de produção, conhecido como Toyotismo (1948 e 1975). A mão-de-obra toyotista caracterizou-se pelo fato de que o trabalhador não podia ser especializado em funções únicas e restritas como no modelo fordista. Ao contrário, essa mão-de-obra tinha que executar diversas tarefas, desempenhar habilidades e funções em diferentes equipamentos, além da exigência do trabalho em grupo com intuito de mudar e reconfigurar todo o sistema produtivo sempre que necessário. Desta maneira, nascia a lógica do trabalho “flexível” (ALBAN, 1999).

Arreasa (2012) aponta que a crise econômica que assolou o mundo durante a década de 1970 – conhecida como crise do petróleo – ocorreu principalmente nos países industrializados, fazendo com que houvesse a necessidade de flexibilizar toda a força produtiva – o que promoveu um drástico desmonte no Estado de bem-estar social dos cidadãos daqueles países, processo denominado pelo autor como “capitalismo tardio”.

Neste contexto, o Estado de bem estar social originário do pensamento keynesiano, que surge a partir da década de 1930, pode ter dado uma falsa impressão, para alguns, de um sistema menos agressivo. Porém, toda a estrutura teórica criada por Keynes e utilizada como base ideológica na construção do Estado de bem estar social nada mais é do que uma série de concessões que nunca foram contrárias aos interesses do sistema capitalista, como afirmou o historiador Eric Hobsbawm (1992), que defende que as propostas keynesianas poderiam ser vistas como um mal menor para evitar a “catástrofe”, entendida como o desmantelamento da economia capitalista (VIEIRA; FERNÁNDEZ, 2016).

O processo de reestruturação do capitalismo promovido neste período levou ao surgimento de massas de pessoas desempregadas, inflação galopante, desregulamentação e a anulação do contrato social entre os trabalhadores e o capital. Essa transformação foi orquestrada por uma disciplina econômica mundial regida por bancos centrais e entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, houve inúmeras privatizações das riquezas materiais e dos recursos estratégicos nos países europeus e nos EUA. Com isso, o neoliberalismo global conseguiu neutralizar a *práxis* social de culturas distintas em diversos lugares do globo, e consolidou seu domínio através da implementação política de uma cultura individualista e de consumo (ARREASA, 2012).

Em se tratando de taylorismo, os indicadores de nocividade e da exploração do trabalho estavam relacionados aos acidentes e às chamadas doenças ocupacionais – características dos efeitos perigosos dos materiais e dos agentes de risco existentes no ambiente de trabalho onde ocorriam transformações industriais. Com a reestruturação dos modos de produção, a evolução do capitalismo exigiu a formação de um trabalhador mais participativo, escolarizado e polivalente. Porém, a polivalência é vivenciada de forma ambígua, pois trouxe também para o trabalhador uma maior responsabilidade, controle subjetivo e menor autonomia, ou seja, o trabalhador foi inserido como capital humano ao capital privado. Assim, o trabalho que deveria ser prazeroso, em que deveria ser delegada ao trabalhador uma parte importante da concepção da inventividade e da capacidade de solucionar problemas, passou a ser tratado apenas como uma forma de aumentar a produção (LACAZ, 2000).

Encerrando esse tema, os autores Souza, Matias e Brêtas (2010) assumem que o capitalismo é o sistema mais eficiente criado pelo ser humano em termos de produtividade de mercadorias de consumo, mas a lógica que tornou esse sistema possível entra em choque com valores éticos fundamentais, como a criatividade individual e a independência da ação, sem contar a desigualdade e a exploração do homem pelo homem, ou seja, dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção. Em termos ideológicos, o trabalho é compreendido como um dever moral do indivíduo; a sociedade impõe que todos produzam por meio do trabalho. Aquele que não trabalha não está de acordo com a ética dessa sociedade.

Neste sub-capítulo, a partir de uma análise histórica e crítica, apresentaremos a história do trabalho humano desde a revolução industrial e as principais transformações nos modos de produção capitalista durante o século XX. Podemos notar que ocorrem diversos conflitos éticos na relação do trabalhador com o capital, conflitos que ferem alguns princípios éticos fundamentais para a dignidade humana, como: autonomia, liberdade, exploração. No sub-capítulo a seguir iremos problematizar alguns desses conflitos com o intuito de demonstrar como a bioética pode ajudar na reflexão e resolução desses problemas.

1.2 O TRABALHADOR E O CAPITAL: OS CONFLITOS BIOÉTICOS

Neste sub-capítulo problematizaremos e apontaremos os antagonismos existentes na relação entre o trabalhador e o capital sob a lupa crítica da bioética. Também jogaremos luz sobre alguns dos conflitos éticos e morais existentes nessa relação. A partir da obra do italiano Giovanni Berliguer (1924-2015), e recorrendo também a obras de outros autores da bioética que abordam o tema, iremos desmitificar e problematizar quais são e de que forma se realizam os embates entre as partes envolvidas. Sempre com intuito de denunciar, de forma crítica, a realidade concreta que

permeia as relações éticas e morais entre o trabalho humano e o capital. Neste contexto, a bioética vem ressaltando a importância de um olhar analítico sobre essa relação tão delicada e que, tantas vezes, foi corrompida pelo poder econômico nas sociedades modernas.

A convocação do debate e da reflexão bioética é de suma importância na relação entre trabalhadores e instituições no processo de produção. Berlinguer (1993) chama a atenção para a necessidade de se considerar a importância concreta e real da existência dos trabalhadores e de suas percepções e perspectivas. Assim, elas devem ser sempre levadas em consideração para qualquer reflexão a respeito do mundo do trabalho.

Este campo de estudos vem passando por mudanças no decorrer da história e, apesar das muitas conquistas, ainda podemos perceber apenas uma tímida intervenção, tanto prática como reflexiva, que contribua para fomentar o debate pertinente a problemática desta questão, cuja intervenção precisa da bioética pode ter papel transformador na realidade social.

Tratando do tema, Lins, Vasconcellus e Palacios (2015) recorrem ao conceito de pensamento abissal, de Boaventura Souza Santos, que defende a existência de uma cultura moderna de exclusão radical da existência de certos grupos humanos, caracterizada pela tensão entre a regulação e a emancipação social. Santos vê nessa tensão uma violência complexa em virtude de sua relação direta com a extração de valor: tráfico de escravos, trabalho forçado ou o uso de poder manipulador das autoridades tradicionais por meio de suas instituições são alguns dos inúmeros exemplos da violência de apropriação. Enquanto a lógica da regulação/emancipação humana parece impensável, a lógica da apropriação/violência reconhece apenas o direito das coisas, sejam elas humanas ou não.

O mundo do trabalho tem se mostrado um campo de padronização e de regulação. É possível observar que produções e análises a respeito das teorias de gestão do trabalho e das relações de trabalho tendem a se acomodar em generalizações totalizantes. Tal postura deixa perdidos e invisibilizados os múltiplos agentes e os sentidos que emergem nas singularidades e experiências advindas da dinâmica cotidiana na relação humano/trabalho. Segundo Santos, faz-se necessária a elaboração de modos de desinvisibilização das linhas abissais relacionadas ao trabalho humano. Desta maneira, os trabalhadores, que não são os protagonistas no processo decisório, pois se encontram colonizados pela lógica hegemônica e que acabam desconsiderados pelo contrato social, se tornem visíveis novamente.

Os autores, ainda discutindo a obra de Santos, sugerem que os trabalhadores possam, de forma concreta, ser desinvisibilizados, a fim de garantir sua participação ativa na formulação de novas maneiras de organizar e configurar o processo produtivo (LINS; VACONCELLUS; PALACIOS, 2015).

Entretanto, trabalhadores e membros das classes populares são anulados na medida em que seus direitos econômicos e sociais são descartados pelo interesse de grupos hegemônicos, tornando a cidadania inacessível a certos grupos sociais. Por isso, é preciso estabelecer outros modos éticos para os processos de trabalho e de produção, reflexões éticas que partam também da percepção dos trabalhadores (BERLINGUER, 1993).

Ramos e Ó (2009) se ocuparam em discutir em sua pesquisa a formação do profissional da saúde e a forma como a bioética vem mudando a formação desses profissionais. Os autores propõem a utilização da Bioética como ferramenta de identidade profissional. Assim, se baseiam na síntese foucaultiana que correlaciona campos de saber (discursos), tipos de normatividade (práticas regulatórias) e formas de subjetividade a uma maneira de pensar a bioética como discurso, um sistema abstrato ou dispositivo que integra outros discursos e práticas. Ao utilizar a bioética como método eficaz de sistema abstrato, produz-se nexos entre problemas e soluções, valores e alternativas – mediados pela existência que de si faz o sujeito em situações concretas. A partir disso, a bioética adquire a eficácia de um sistema abstrato que compõe essas posições de ambigüidade, dando-lhes um tipo de acabamento.

Visto por dentro, do ângulo do trabalhador, o poder de isolar e proteger sua experiência, tanto quanto o de expandi-la para as margens do público, pode ser tomado como uma prática virtuosa. A bioética se mostra capaz de enriquecer o valor do que já está legitimado (o saber e prática) como produto não só desejável e útil, mas também qualificável e distribuível (RAMOS; Ó; 2009).

A interface entre a bioética e o trabalhador constitui-se em convergência entre campos que, mediante a interlocução de seus instrumentos, se encaminham justamente para desacomodar e descristalizar a pseudonaturalidade de pressupostos hegemônicos sobre o trabalho. A partir dessa constatação, os autores propõem em seu estudo um pensamento crítico da formação do trabalhador da saúde básica.

Assim, o debate bioético constitui-se em um instrumento válido para o enfrentamento de problemas morais, tendo em vista os conflitos que emergem das práticas humanas. Além disso, é também da alçada da bioética se preocupar com a resolução dos dilemas éticos e morais que presenciamos nos dias de hoje, propondo ferramentas que podem ser utilizadas, por qualquer agente moral, da forma mais adequada, através da deliberação e da reflexão ética sobre os conflitos existentes (LINS; VASCONCELLUS; PALACIO, 2015).

A partir destes fatos, os autores tecem uma crítica contra as “deontologias empresariais” ou “ética empresarial” que acabam culpabilizando as vítimas, no caso, os trabalhadores. A ética empresarial como norma norteadora de aplicabilidade moral e técnica no mundo do trabalho parte da decisão e dos interesses de instituições empresariais, onde tais decisões e norteamientos de

condutas afetam diretamente a vida e a saúde dos trabalhadores. De forma alguma essa lógica deveria ser chamada de "ética empresarial" e sim, "moral empresarial" já que ela não é refletida e tão pouco discutida entre as partes envolvidas. Com isso, a bioética propõe a criação de uma consciência ética adquirida através da educação, voltada especificamente para os trabalhadores com o intuito de fornecer ferramentas para a transformação da realidade, promovendo reflexões que tenham o objetivo de empoderar e libertar a classe trabalhadora das explorações e opressões que os marcaram e continuam marcando no decorrer da história desde a Revolução Industrial (LINS; VASCONCELLUS; PALACIO, 2015).

A relação entre ética e a atividade econômica sempre foi tema conflitante durante a história antiga e moderna. Isto se torna evidente em momentos de crise e grandes transformações. Um olhar bioético sobre essa relação tão antiga e inflamada ajuda a trazer à tona intervenções críticas e transformações concretas que contribuam para o enfrentamento da condição das relações históricas e materiais de exploração da atividade do trabalho humano. Refletir de forma crítica a economia e seus *modus operandi* é um exercício bioético de suma importância para a humanidade e sua sobrevivência no globo.

Temas como o trabalho escravo e servidão, que moralmente estão superados apenas nos países centrais desde 1926 pela League of Nations, são uma realidade conflituosa ainda persistente em muitos países periféricos, onde temos exemplos de trabalhadores que são submetidos a uma realidade de sistemas de escravidão, serviços forçados e mesmo o uso de trabalho infantil (BERLINGUER, 1993).

Fazendo uma minuciosa análise de três importantes documentos (*Encíclica Pacem in terris* (1963), *Declaration on Worker's Health* (1992), *International Code Ethics for occupational Health Professionals* (1992), Berlinguer (1993) nos apresenta que, em seus conteúdos, esses documentos enumeram os princípios morais na relação entre o trabalho humano, a economia e a saúde. A partir de sua análise, o autor propõe cinco pontos problematizadores da questão ética na relação de valores e interesses dos envolvidos, quais sejam: 1) o conflito entre o direito à vida, à saúde e à segurança dos trabalhadores e o direito das empresas a maximizar a produção; 2) o conflito que se refere à informação: direito dos trabalhadores a conhecerem os riscos, direito da empresa aos segredos industriais e comerciais, direitos e deveres dos "experts" profissionais; 3) o conflito entre a produção e o ambiente externo, entre trabalhadores e população; 4) os conflitos internos entre trabalhadores; e, 5) os conflitos entre trabalho, saúde reprodutiva e reprodução da vida.

Na primeira maneira de conflito descrita, a relação entre as exigências de saúde e segurança do trabalhador sempre se chocaram com os interesses em maximizar a produção das empresas com o menor custo possível. Este conflito veio mudando seu formato durante as épocas, mas nunca deixou de existir. O embate dialético entre os objetivos das empresas em aumentar o seu lucro

precisam ser confrontados pela justificativa de que todo lucro deve estar focado na preocupação com os próprios seres humanos (Berlinguer, 1993).

No plano da ética podemos notar dois problemas: a privacidade dos trabalhadores e a relação entre o sujeito e o ambiente na prevenção de riscos à saúde e a própria vida. O autor insiste também para análise da relação entre “mercantilização do risco *versus* transformações produtivas, promoção da saúde *versus* controle dos comportamentos, risco *versus* benefício” (BERLINGUER, 1993, p. 109). Por exemplo, durante a década de 1950, a Itália atingiu números alarmantes de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Diante desse cenário, organizações sindicais iniciaram um movimento que tinha como motivação ético-político a noção moral de que “saúde não se vende” (BERLINGUER, 1993, p. 109). Foi a partir desse momento que tiveram início as transformações no ambiente e na organização do trabalho, tornando as atividades laborais menos danosas e mais seguras.

Com relação à segunda forma de conflito, o autor afirma que a evolução histórica do ser humano está intrinsecamente ligada às suas atividades de trabalho. Desta maneira, Berlinguer postula que a complexidade do trabalho moderno e suas relações com a existência da propriedade privada tendem a:

Subtrair a imediatez com que esta consciência pode ser alcançada, e construir um sentido a expropriação de uma faculdade que é natural ao homem e à mulher, o trabalho, sobretudo quando tal expropriação comporta um risco ou dano psicofísico. (BERLINGUER, 1993, p.115)

Devido a essa tendência, no que diz respeito à saúde, os trabalhadores conseguiram alguns direitos, como

A coleta de dados relativos às conseqüências sanitárias e ambientais da atividade produtiva; seja no que se refere a um sujeito particular, seja no que se refere a coletividade; b) - a disponibilidade e acesso a estes dados da parte de todo aquele que pode ter interesse legítimo em relação à eles. (BERLINGUER, 1993, p. 115)

Ainda assim, em muitos casos, empresas omitem e dificultam o acesso desses dados pelos trabalhadores.

Dado esse contexto, o médico do trabalho se depara com diversos dilemas morais, em que suas decisões podem ser interferidas pela política da empresa. Tendo em vista essa realidade, questiona-se a forma como é conduzida a comunicação na relação médico-trabalhador. Desta maneira, o autor indaga: “Quais informações que dizem respeito ao trabalhador o médico pode transmitir à empresa, e quais informações que dizem respeito à empresa ele deve transmitir ao trabalhador?” (BERLINGUER, 1993 p.118).

Com relação, ao terceiro ponto de conflito, o autor afirma que desde a revolução industrial alguns pesquisadores vêm alertando sobre o risco e o impacto da contaminação do meio ambiente

por empresas em seus processos produtivos. Esses conflitos ambientais devem se estender até a comunidade, não podendo ser discutidos posteriormente em virtude dos riscos que apresentam para a vida de muitas pessoas.

Todo projeto industrial deve levar em consideração valores humanos e ambientais, pois naturalmente a produção é importante para todos, e sem ela não teríamos trabalho, o que produziria miséria, fome e doenças. Berlinguer (1993) sugere a aproximação dos grupos de ambientalistas e dos sindicatos, que até então divergem em muitos pontos e se encontram em oposição.

Podemos notar pontos importantes para a reflexão bioética na relação entre a produção e o meio ambiente, uma vez que os recursos são finitos e a natureza não suportará ser degradada por muito tempo. Caso a geração atual não se comporte de forma ética e assuma uma postura consciente diante dos riscos e dos impactos que podem causar, como, por exemplo, nas emissões de gases do efeito estufa, as gerações futuras correm risco de escassez e sobrevivência.

Em quarto lugar, temos o conflito entre os próprios trabalhadores. Esse tipo específico de tensão pode surgir devido a presença de algum trabalhador com potencial para gerar algum risco à saúde dos demais, como doenças infectocontagiosas ou até mesmo por trabalhadores com hábitos moralmente questionáveis pelos demais, como os usuários de drogas ou homossexuais. Tais conflitos apresentam interesses de valores que, por um lado, envolvem a inclusão de pessoas já vulneráveis por alguma doença ou estigmatização moral (sendo que essas pessoas têm direito ao trabalho para sua subsistência) e, por outro, existem os trabalhadores carregados de valores morais que tendem a legitimar seu preconceito para com pessoas que fogem de seus padrões de “normalidade moral”, tornando-os também ‘vulneráveis morais’. Sobre o conceito de vulnerabilidade moral, Sanches; Mannes e Cunha (2016) afirmam:

Ao considerar a vulnerabilidade como uma chave de leitura em bioética, faz-se fundamental levar em conta estes aspectos: a vulnerabilidade sentida pelo próprio sujeito, a vulnerabilidade rotulada, ou seja, de quem fala, e a vulnerabilidade objetiva, de fato. A vulnerabilidade sentida ou percebida pela pessoa vulnerável pode não ser correlativa ou equivalente à vulnerabilidade atribuída por outros. Cabe à bioética, ao constituir uma vulnerabilidade objetiva, considerar de forma muito atenta o sujeito que se considera vulnerável, quem fala deste sujeito vulnerável e o contexto em que está inserido, que também pode ser um contexto vulnerável(SANCHES; MANNES; CUNHA; p. 5, 2016).

Por fim, com relação ao quinto e último ponto de conflito, Belinguer (1993) afirma que a tensão entre trabalho, saúde reprodutiva e reprodução humana advém das consequências dos ambientes de trabalho insalubres que colocam os trabalhadores em situações de risco através do contato com produtos químicos que podem afetar a sua saúde e também a saúde de seus filhos. Naturalmente, mulheres trabalhadoras estão mais sujeitas a este tipo de risco, que muitas vezes levam empresas a realizar demissões e até políticas de esterilização de suas funcionárias. As

empresas ao invés de investir na segurança e na saúde de suas trabalhadoras preferem induzir mulheres a realizarem abortos prejudicando seu direito reprodutivo. A opção que resta a muitas mulheres que não se sujeitam em colocar sua vida e de seus filhos em risco é o desemprego, que, indiretamente, é também prejudicial e coloca em risco a sua vida e a de sua família.

A partir disso, o autor conclui que sua postura – de partir dos conflitos – é exatamente a existência desses conflitos, e para superar a existência de tais conflitos é preciso, antes, reconhecê-los. Frequentemente esses conflitos são sustentados por desequilíbrios de poder, identificado através da materialidade corpórea e da dignidade humana, colocando-a em risco ou subtraindo anos de vida. A única referência moral e ética para tratar esses conflitos deve ser, portanto, a corporeidade humana e a dignidade de cada pessoa (BERLINGUER, 1993).

Neste sub-capítulo, apresentamos alguns dos aspectos éticos que fazem parte da relação do trabalhador e o capital. Valores éticos e morais conflitantes como: exploração, dignidade, autonomia, liberdade e empoderamento entram em choque quando regidos por interesses econômicos. Desta maneira, no sub-capítulo que se segue nos aprofundaremos mais na reflexão bioética e os conflitos que permeiam historicamente essa relação.

CAPÍTULO II

2.1 BIOÉTICA E CORPORIEDADE

Apresentamos no capítulo anterior o contexto histórico da relação do trabalhador com o capital a partir da Revolução Industrial e todas as transformações de reprodução social que aconteceram durante o século XX. Utilizamos um embasamento teórico crítico sobre os conflitos entre o trabalho e suas formas de exploração, fazendo uso da bioética para refletirmos e expormos alguns dos conflitos éticos persistentes nas micro-relações da classe trabalhadora inserida no ambiente de trabalho.

Para dar continuidade a nossa linha de pensamento, problematizaremos um fator essencial nessa questão: a corporeidade humana. Para tanto, iremos apresentar neste segundo capítulo a Bioética de Intervenção, a já citada vertente epistemológica da bioética que nasce da realidade de pesquisadores que presenciam a injusta desigualdade social dos países ditos periféricos (Garrafa e Porto, 2002). Desta maneira, a bioética de intervenção tem se apresentado como um contraponto ao pensamento hegemônico da bioética mundial, que se originou em um contexto social euro-estadunidense, e que tem no conceito da corporeidade uma de suas bases epistemológicas centrais.

Esta vertente da Bioética busca pensar os problemas éticos que envolvem a vida a partir das experiências presenciadas no cotidiano de milhões de pessoas que vivem nos países periféricos. A abordagem propõe a transformação e resolução concreta das injustiças e desigualdades sociais através da ação política dos intelectuais. De forma crítica, seu compromisso é denunciar e apontar ações de intervenção cujas iniquidades sociais ainda fazem parte da realidade humana, afetando as diversas manifestações da vida.

Como marco teórico, a bioética de intervenção se ampara nas experiências corpóreas de prazer e dor, já que tais experiências são experimentadas através do corpo humano, independentemente de geografia, cultura, raça, gênero ou idade, são experiências de prazer e dor proporcionadas pelo corpo. É através do corpo, com toda sua subjetividade, que nos proporcionamos um senso comum universal que é compartilhado por toda humanidade.

Na segunda parte deste capítulo aprofundaremos a reflexão sobre corporeidade e as formas de poder e controle sob corpo do trabalhador pelo capital, apontando as linhas gerais para posterior discussão sobre o envelhecimento e as implicações éticas do descarte do trabalho.

2.2 A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO COMO FERRAMENTA CRÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO

A Bioética estabeleceu-se no século XX com o intuito de propor novos modelos de integração e interação entre o ser humano e o ambiente que o rodeia. Com o passar dos anos e em contextos diferenciados, as perguntas acerca do tema da bioética tomaram novas direções, criando novos espaços de debate e fomentando novas indagações. Nas últimas décadas, em especial nos países latino-americanos, um dos pontos que vem chamando atenção dos pesquisadores da área diz respeito ao caráter de intervenção prática que essa ciência pode adquirir.

Neste contexto, Garrafa (2005) explica os motivos para o surgimento da Bioética de Intervenção. Uma dessas novas abordagens afirma que a bioética social só poderá se tornar efetiva através do embasamento acadêmico, da disposição e de uma militância pragmática por parte dos pesquisadores da área que tenham como intuito o aprofundamento dos fundamentos epistemológicos dessa vertente latino-americana da bioética, apresentando o objetivo de promover a inclusão e a justiça social.

Conceitos como “empoderamento, libertação e emancipação” sustentam os princípios e as motivações da Bioética de Intervenção no debate global. As persistentes desigualdades sociais que se apresentam nos países periféricos, como o acesso de recursos de subsistências, faz da bioética uma ferramenta de intervenção de ética aplicável através da ação social, politicamente comprometida, com fins de garantir a dignidade da vida humana como ferramenta de *práxis* social.

Desde Platão e, de maneira crescente em Kant e outros filósofos modernos, a dissociação entre a razão e a ação vem provocando um tipo de “perversidade edificante” que privilegia a primeira em detrimento da segunda. Tal tendência, que na pós-modernidade ganhou contornos de niilismo estagnado, impede tanto a reflexão quanto a ação - o processo dialético - que hoje é indispensável na medida em que a tecnociência institui novas fronteiras para o exercício do poder. Esse limite não se restringe apenas ao adestramento da corporeidade pelo desempenho “autônomo” das regras e normas sociais, como sempre aconteceu. Pela ação da tecnologia, o controle social imiscui-se nesse mesmo corpo e recria-o a partir de uma linha divisória que secciona inexoravelmente aqueles que têm direito à qualidade de vida e bem-estar, dos demais que, privados disso, são cerceados à condição de sustentáculos da desigualdade (GARRAFA, 2005, p. 123).

O mesmo autor afirma que um dos referenciais da bioética é sua estrutura “multiintertransdisciplinar”, sendo embasada por diversas áreas do conhecimento que se entrelaçam e se ligam, promovendo uma análise do objeto de estudo realizado por diferentes vertentes científicas e levando a diversas interpretações sobre o mesmo tema. Sempre contando com o embasamento biotecnocientífico, a bioética não deixa de lado questões a respeito da materialidade social que nos constitui como seres humanos. A bioética reivindica, também, a pluralidade moral dos indivíduos que deve ser assegurada pelo Estado Democrático de Direito, sempre no sentido de

promover um convívio entre os diferentes atores morais de forma pacífica. Legitimando a necessidade da utilização de narrativas contemporâneas e concretas como a comunicação, linguagem, coerência e a argumentação factual para o resultado esperado. Nesse contexto, a bioética leva em consideração a pluralidade moral da sociedade e se apresenta como um método de análise moral “laico”, pois não parte de uma moral doutrinadora hegemônica, uma vez que é composta pelo mesmo pluralismo moral que constitui todas as sociedades (GARRAFA, 2005).

Não por acaso, a bioética vem se demonstrando como uma poderosa ferramenta epistemológica com fins de problematizar questões delicadas que, muitas vezes, são ignoradas por países que não enfrentam problemas agudos de desigualdade social e econômica, como, por exemplo, os países da Europa e os Estados Unidos. Com o processo de globalização do capitalismo, a disparidade econômica dos países do norte em relação à maioria dos países do sul do globo é nítida e preocupante. Nessa perspectiva, a Bioética de Intervenção vem apresentando duras críticas a esse modelo econômico, formulando novos questionamentos, politizando e propondo diferentes soluções para os sérios problemas éticos e morais que permeiam diversas nações do mundo globalizado. É indispensável uma visão ampla e global da bioética para chegarmos a resultados que promovam a consolidação das democracias, da cidadania e dos direitos humanos através da justiça social (GARRAFA, 2005). Nas palavras do autor:

Assim, a bioética de intervenção defende como moralmente justificável, entre outros aspectos: a) no campo público e coletivo: a priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas, pelo maior espaço de tempo e que resultem nas melhores consequências, mesmo que em prejuízo de certas situações individuais, com exceções pontuais a serem discutidas; b) no campo privado e individual: a busca de soluções viáveis e práticas para conflitos identificados com o próprio contexto onde os mesmos acontecem (GARRAFA, 2005, p.130).

Ou seja, o que interessa para a bioética de intervenção são ações preferencialmente coletivas que tendem a minimizar diferentes condições de vulnerabilidade que atingem a grande maioria da população do mundo, especialmente daqueles que vivem nos países periféricos e no hemisfério sul. É importante destacar que entendemos que a relação ética que ocorre entre o processo de trabalho e o descarte do corpo envelhecido é sério problema social que afeta particularmente as regiões mais vulneráveis do mundo.

A bioética de intervenção utiliza o referencial utilitarista como instrumento que proporciona propostas efetivas para reivindicar direitos da grande massa de pessoas que são vulnerabilizadas pelo capitalismo global. A respeito desta característica utilitarista da Bioética de Intervenção, Fagundes et. al. (2007) salientam que:

É indispensável ressaltar, no entanto, que a bioética de intervenção não se deixa aprisionar pelo utilitarismo clássico, procurando equilibrar ações e consequências eminentemente práticas com o campo do humanismo. Daí surge a proposição de

um novo “utilitarismo solidário”, aqui entendido como uma fusão entre o conceito de solidariedade crítica desenvolvido por Selli & Garrafa e a visão original da proposta de bioética de intervenção, que remete as decisões a objetivos maximizadores para as políticas públicas de saúde. A interpretação do “utilitarismo solidário” implica comprometimento transformador com a alteridade, com o outro, além de requerer, também, uma resposta objetiva de parte desse outro, o que o diferencia sobremaneira do assistencialismo clássico e inorgânico (Fagundes et. al. 2007, p. 223)

Para Nascimento e Garrafa (2011), a bioética de intervenção surge como uma ferramenta de denúncia e reflexão que parte de países periféricos do Hemisfério Sul que foram colonizados pelos países centrais, deixando marcas profundas e situações persistentes de desigualdade, exploração e opressão nesses locais. Os autores reconhecem que o desenvolvimento e a racionalidade que afloraram durante a Modernidade na Europa se deram graças à conquista e à exploração dos continentes americano e africano, sobretudo da América Latina. Em outras palavras, não haveria a riqueza e o desenvolvimento do norte sem a exploração e apropriação do sul.

A qualidade de vida, o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a busca por equidade nos países centrais difere em muito da realidade encarada pelos países periféricos, isso não apenas supõe uma diferença de nível de desenvolvimento, mas também um escalonamento de valores entre as vidas. Esse seria, de acordo com Nascimento e Garrafa, um aspecto em comum entre as diferentes formas de colonização, quais sejam econômicas ou aquilo que chamaremos de *Colonialidade da vida*.

Essa forma de colonização é exatamente o processo de criar uma ontologia de vida que autorize a pensar que algumas vidas são mais importantes do que outras, desde o ponto de vista político, fundando, assim, uma hierarquia, uma casta, uma relação de poder que cria uma justificativa para a dominação, exploração e submissão dos povos periféricos, sob o pretexto de ser esse o caminho para o desenvolvimento econômico mundial. Para os autores, “é impossível entender os efeitos, os sentidos, as dinâmicas e as práticas de poder da Modernidade sem entender que ela tem em sua base uma lógica colonial” (Nascimento e Garrafa, 2011 p. 289).

Cruz e Trindade (2006) reconhecem a importância do conceito de imperialismo moral defendido pela bioética de intervenção, os autores nos mostram em sua pesquisa como o imperialismo moral foi disseminado pelos países centrais nos países periféricos, e como essas práticas colonizadoras, ainda nos dias atuais, sustentam a lógica da economia capitalista global. O imperialismo moral no capitalismo contemporâneo acaba agindo na desconstrução de costumes, culturas e práticas sociais, transformando muitas sociedades em meras sociedades de mercado a serem exploradas. Quando há resistência a tal imperialismo, muitas nações acabam boicotadas e coagidas através de medidas econômicas espúrias (como o embargo econômico à Cuba) por se negarem ou aceitarem passivamente as imposições morais ditadas pelos países centrais.

Devemos lembrar que, durante o início da modernidade, o processo de colonização do continente americano, marcado pelas grandes navegações, foi caracterizado pela exploração e a expropriação não só das riquezas materiais e naturais das colônias, mas também pela dominação e apropriação violenta dos corpos indígenas – a marca mais profunda e cruel deixada pelo processo colonizador. Neste processo, etnias inteiras, em diversas partes do continente americano, foram exterminadas em conflitos ao recusarem o imperialismo moral e físico praticado por mais de três séculos, de diferentes formas, e em diversos lugares do continente americano, pelos colonizadores catequizadores brancos e europeus para fins de exploração.

O único valor na vida desses indivíduos estava posto na força de trabalho contida em seus corpos vivos, e essa força de trabalho escravo foi utilizada perversamente na exploração dos bens materiais e naturais do Novo Mundo por pelo menos três séculos, primeiro com os índios e depois com os africanos. Riquezas como a madeira, cana de açúcar, metais preciosos, borracha, café, etc. puderam proporcionar aos estados absolutistas da Europa um imenso avanço econômico. Este fenômeno sustentou por séculos a exploração de suas colônias através do extrativismo devastador das riquezas naturais com a força do trabalho escravo e o maciço extermínio dos povos ameríndios e dos negros através de doenças e violentos conflitos.

Diante do contexto histórico-geográfico, a bioética de intervenção, que surge na América Latina, apresenta a corporeidade humana como marco teórico e conceitual e as sensações de prazer e dor como indicadores da necessidade bioética dessa intervenção. O reconhecimento do corpo como parâmetro para intervenção ética, para Porto e Garrafa (2005), se dá pelo fato de que o corpo é a manifestação concreta e universal para a manutenção do indivíduo, da cultura e da sociedade. Uma das razões para explicar a adoção do parâmetro de sensações de prazer e de dor é que estes são originários das experiências corpóreas da pessoa durante as relações sociais e as relações com o ambiente. Sensações que se manifestam em todo corpo humano vivo, independente de raça, idade, classe social ou cultura.

O prazer e a dor são indicadores que podem demandar uma intervenção bioética à medida que refletem a satisfação das necessidades dos indivíduos. Tais satisfações podem ser mensuradas pela possibilidade dos indivíduos experimentarem graus diferentes de prazer ou dor, diferença esta promovida pelas condições sociais e econômicas a quais estão submetidos (GARRAFA, 2005).

Cruz e Trindade (2006) ainda defendem que a bioética de intervenção seja uma ciência que deva ter como principal preocupação a continuidade da existência da vida humana na terra, uma existência que promova equidade e justiça social. O método assume que é na corporeidade humana que se constata a unidade indissolúvel, material e universal dividida entre todos da espécie humana, ou seja, o corpo humano. Pois é através dos sentidos do corpo que realizamos fisicamente, sensorialmente e subjetivamente a existência material da vida humana como experiência sensório-

motora. O corpo se manifesta da mesma forma e disposição em todos os humanos espalhados no globo terrestre. Só no corpo, e através dele, que a experiência de plenitude da vida se manifesta, ou seja, é o corpo que nos une num substrato universal. Em qualquer cultura, independente de raça, credo, moral, ética ou qualquer outra subjetividade, é o corpo material que proporciona e dá sentido a vida de qualquer ser humano. Sobre esse tema, os autores postulam:

Assim, é proposto o resgate da idéia de corpo, que transcende a limitação à dimensão fisiológica imposta pelo paradigma cartesiano, passando também a contemplar a dimensão social. As sensações de prazer e dor seriam os pólos extremos do aspecto das necessidades mais básicas das pessoas humanas, que ganham existência na experiência corpórea de cada indivíduo em suas relações com o meio social e com o meio ambiente (CRUZ; TRINDADE; 2006 p. 493).

A bioética de intervenção é pautada sob a égide da liberdade, fazendo com que pessoas que vivem à margem da sociedade – excluídas e impedidas pela desigualdade sócio-econômica de acessar os direitos garantidos pela Declaração Universal de Direitos Humanos – intervenham de forma crítica e formulem alternativas através de políticas públicas que devem ser implementadas pelo Estado. Nesse sentido, o intuito é de promover justiça social através de ações afirmativas que visem os menos favorecidos, propondo como ferramenta para mensurar o momento da intervenção bioética as reações corpóreas de prazer e dor, expressos na corporeidade de qualquer indivíduo (OLIVEIRA; VILLAPOUCO; BARROSO, 2005). Sobre esse tema, os autores expõem:

Também são ressaltadas por essa teoria as sensações de prazer e dor, que apesar de serem diferentes para uns e outros, são passíveis de serem percebidas por qualquer ser humano, por indicarem uma esfera de contato entre todas as pessoas, não obstante possuírem posturas éticas completamente divergentes. Desse modo, o pluralismo ético contemporâneo apenas pode ser enfrentado no nível da corporeidade, considerando o prazer e a dor como marcos auto-regulados para orientações valorativas (OLIVEIRA; VILLAPOUCO; BARROSO, 2005, p. 371).

Outro autor da bioética latino americano que se debruça sobre o tema da corporeidade é o argentino Salvador D. Bergel (2007). Em seu artigo “Bioética, cuerpo y mercado”, escreve que, diante do avanço tecnocientífico, a relação com o corpo vem passando pela necessidade em adotar novos critérios, tanto no campo legal como no campo da ética diante da possibilidade de comercialização do corpo e de seus órgãos. O autor sugere que é preciso repensar limites do avanço tecnocientífico, pois uma das maiores conquistas da humanidade – a valorização do corpo humano – pode estar ameaçada. É preciso fazer uso do conhecimento para criar regras, éticas e culturas orientadas para a afirmação e a proteção da dignidade humana.

O autor também apresenta a concepção de que “o homem é corpo e tem um corpo” afirmando a idéia de que a manifestação da corporeidade é ontológica ao ser humano que adquire a dignidade quando é reconhecido. Parte-se de dois enfoques teóricos sobre o corpo humano. O primeiro é a perspectiva reducionista-materialista que considera o corpo como um objeto de posse

do homem. A corporeidade entra na dimensão do ser do homem, o que significa que o corpo pode ser manipulável empiricamente, cientificamente e se torna disponível ao próprio homem. A outra perspectiva aponta um caráter subjetivo da corporeidade, que se coloca sob a perspectiva metafísica personalista, fundamentada no modelo aristotélico. Para essa concepção, o homem é o corpo e não possui o corpo, e é através da sua corporeidade que se manifestará sua estrutura ontológica. Mesmo diante de qualquer avanço industrial e científico o corpo deve manter sua humanidade material. A visão da dignidade do corpo fragmentado tem forte influência na sociedade, pois se relaciona em uma visão universalista dos Direitos Humanos (BERGEL, 2007).

Neste sub-capítulo foi apresentado o contexto da Bioética de Intervenção, realizando um diálogo entre os autores a respeito de tema e todo seu histórico crítico da colonização física e moral, bem como demonstrando a necessidade da intervenção ética através da análise sensorial de prazer e dor promovidos pela corporeidade humana. No próximo sub-capítulo, iremos aprofundar a reflexão sobre o tema da corporeidade e as formas de domínio e captura dos corpos dentro do sistema capitalista.

2.3 O CONTROLE DOS CORPOS: RELAÇÕES DE PODER E AS FORMAS MODERNAS DE APROPRIAÇÃO DOS CORPOS

Depois de apresentar reflexões a respeito da bioética de intervenção e o contexto histórico e geográfico da sua atuação, com todos os conflitos éticos promovidos pela colonização física e moral dos corpos, propomos a intervenção bioética quando constatada a necessidade desta intervenção. Esta, por sua vez, se dará através da análise da expressão de dor e de prazer vivenciada pela corporeidade humana, considerando a necessidade da intervenção bioética legítima. Desta maneira, no sub-capítulo que se segue, iremos apresentar uma crítica a respeito da forma como vem se realizando o processo de domínio dos corpos na atualidade, em que as instituições assumem o papel de controle, físico e subjetivo, em suas micro-relações de poder que capilarizam as relações “intercorporais” na sociedade capitalista.

Para tanto, partimos do princípio de que o corpo está sempre em expansão, relacionando-se com o mundo, direta e indiretamente, vivendo em eterna transformação, numa simbiose com o meio. Acreditamos que o fator determinante para que o Ser Humano possa desfrutar das suas experiências corpóreas se dá pelo local que esse corpo ocupa no processo de produção capitalista.

Quando o corpo é colocado à venda, como mercadoria, suas potencialidades são apropriadas pelos detentores dos modos de produção, comprando sua força vital de trabalho. Diante deste cenário, nos resta questionar: quais são os dispositivos utilizados pelo capitalismo para a captura, o controle e o descarte dos corpos? Qual o papel das instituições na manutenção do *status quo* que

persiste em reproduzir desigualdades e injustiças ainda em muitos países periféricos na sociedade moderna?

Para responder a essas questões conflitantes, utilizaremos como embasamento teórico neste sub-capítulo autores que interpretaram a obra do pensador francês Michel Foucault, que dedicou anos de pesquisa no estudo crítico sobras formas e os dispositivos presentes nos métodos dos discursos dos saberes científicos e também sua pesquisa sobre as instituições que sustentam o Estado Burguês. Instituições que exercem poder de captura e adestramento dor corpos, formando “corpos dóceis”. Corpos que se tornam adestrados e anulados ao receberem um bombardeamento sensorial de estímulos e informações produzidas pela sociedade de consumo capitalista. Esses corpos tendem a permanecer dispersos e anestesiados diante das relações de poder e controle social que os capturam.

Neste campo de estudo, se destaca o trabalho de Coelho e Severino (2007). Inseridos na linha teórica proposta por Michel Foucault (1926-1984) os autores concluem que os trabalhadores do capitalismo são destituídos dos laços de produção comunal e, forçosamente, tornam-se “livres” para venderem seus corpos e força de trabalho como mercadoria aos donos dos meios de produção, que em troca lhe pagam dinheiro o suficiente para a manutenção de suas engrenagens corpóreas em plena atividade.

Há uma separação entre o “corpo do indivíduo” e o “corpo máquina”. Com relação ao primeiro, entende-se como “corpo do indivíduo” o átomo social que o permite buscar por si só as condições para sua sobrevivência enquanto que o “corpo-máquina” é reduzido a objeto de posse de um indivíduo que tende a aliená-lo de si mesmo, de sua alma. É o corpo encarado apenas como mercadoria produtiva que se coloca à venda e disponível no mercado de trabalho.

Segundo Coelho e Severino, Foucault constatou o nascimento e a consolidação das sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e o XIX na Europa. Surge nesse momento o desenvolvimento de uma nova “anátomo-política” do corpo, na qual já não interessa apenas aumentar suas habilidades e aptidões, mas criar “corpos dóceis” e disciplinados. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (FOUCAULT *apud* COELHO; SEVERINO, 2007, p. 87).

Com isso, se desenvolve uma tecnologia social de controle disciplinar que extravasa o espaço das fábricas e se propaga por toda a sociedade. Percebe-se uma trama projetada para capturar o corpo numa rede de dominação, em que cada gesto, postura e comportamento são geridos por uma lógica que está além do corpo. Para Coelho e Severino:

O corpo, superfície privilegiada de inscrição da história, não consegue disfarçar impunemente as marcas deixadas pelos diferentes usos e desusos que recebeu no longo percurso que o leva a contemporaneidade. Corpo- máquina/corpo-produtor, corpo-mercadoria/corpo-consumidor, todos eles ainda pulsam como inconvenientes

hematomas no corpo sarado e hedônico de hoje; coexistem em todos, ainda, as marcas de controle social, seja de forma heterônoma, seja por suposta vontade própria. (COELHO; SEVERINO, 2007, p.95).

Os autores ainda nos apresentam em sua pesquisa uma análise sócio-histórica da corporeidade humana, partindo da filosofia mecanicista de Descartes (1596-1650) que separa a alma do corpo, em que a primeira é regida por uma consciência absoluta que busca a verdade e constrói a ciência através da razão. Reconhece o corpo como um mero objeto, uma máquina que serve como sede de uma consciência autônoma e transcendente. À cerca do tema, os autores postulam:

O corpo aí já não participa de uma comunidade maior de sentidos, como nas estruturas sociais de tipo tradicional e comunitária, não é matriz indispensável à construção das identidades grupais, mas sim um mero mecanicismo passível de ser explicado segundo o modelo geral da física da época. Essa parcela mecânica do homem deveria bastar-se, obrigada a trabalhar em silêncio para não perturbar o ofício espiritual do pensamento e da Razão, constantemente ameaçados pelas ambigüidades sensíveis da corporeidade (COELHO; SEVERINO, 2007, p. 86).

Simultaneamente ao surgimento da filosofia cartesiana na história, acontece também a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista através dos Estados Absolutistas na Europa. As idéias mecanicistas sustentaram essa nova forma de produção e impuseram um novo regime à corporeidade. Entrelaçado ao nascimento da idéia do corpo-máquina surge também a idéia do corpo-indivíduo. E foi durante a Revolução Industrial, com todas as transformações que os modos de produção sofreram que o corpo do trabalhador se tornou cada vez mais, controlado e encarado como uma mera peça na engrenagem das máquinas para a produção. Tal feito só se concretizou graças ao emprego de poder, através das disciplinas que surgiram no século XVIII e se consolidaram durante o século XIX (COELHO; SEVERINO, 2007).

À massa de operários que se aglomera nas fabricas cabe a preciosa tarefa de operar a cara maquinaria produtora de mercadorias, bem como de adaptar-se à urbanização crescente (um cidadão não é um camponês...) e às novas condições de vida aí engendradas. Ante todas estas exigências, os corpos precisam ter suas potências dissipadas e subversivas constantemente vigiadas, administradas, para que não ponham em cheque a extensa rede de poder que os captura. Ao movimento caótico da turba de corpos vem acoplar-se todo um sistema de vigilância contínua e minuciosa, um olhar panóptico que vigia, recompensa, pune e disciplina (COELHO; SEVERINO, 2007, p.87).

Sobre a forma como Foucault expõe esse tema, Ferrari e Dinali (2012) esclarecem que o nascimento das diversas instituições disciplinares, como as fábricas, hospitais, escolas, quartéis e prisões, exercem um papel fundamental, capaz de moldar a formação dos indivíduos através da disciplina. O que houve nessa época, que se iniciou com a Revolução Industrial e perdurou até a metade do século XX, foi a descoberta do corpo como objeto de submissão ao poder. As disciplinas no mundo capitalista foram postas em prática através do poder privado e do Estado Burguês, e são

caracterizadas pela forma sutil de controle dos corpos, com objetivo de estabelecer uma relação de docilidade-utilidade que aproveita ao máximo as potencialidades desses corpos para a produção e acumulação de capital.

Além dos dispositivos disciplinares de poder sobre o corpo, Foucault, na *História da Sexualidade* (1998), também analisa a idéia de poder, pois constata que o poder está por toda parte e provoca ações ora no campo do direto, ora no da verdade e da moral. Deve ser entendido como uma relação flutuante, não estando apenas em uma instituição ou em alguém, sendo o objeto e o produto da mesma relação do saber, em uma relação de formas e conteúdos.

Com as mudanças que aconteceram nos modos de produção capitalista durante o século XX, o modelo fordista-taylorista foi se tornando obsoleto diante das necessidades de reformulação na produção, a ascensão do método toyotista e do modelo macroeconômico neoliberal, que desmantelou o Estado do bem estar social na Europa e nos Estados Unidos, provocando mudanças radicais no mundo do trabalho. Com o fim do operário fordista surge um trabalhador flexível, cujas tarefas exigem além do controle dos corpos, o controle na tomada de decisão – o que demanda um investimento maior na subjetividade e autonomia do trabalhador.

Analisando esse contexto, Fonseca et. al. (2008) afirmam que as organizações agora buscam no trabalhador não apenas a sua força de trabalho, contrapondo o conceito foucaultiano de corpo dócil, controlado e obediente. Não é mais apenas o corpo que é posto a trabalhar. Portanto, concordando com os autores, não é mais possível imaginar a produção de riquezas e dos saberes sem passar pela apropriação das subjetividades humanas. Sobre essas transformações no paradigma dos modos de produção capitalista, os autores discorrem:

A racionalidade instrumental, que embasa a concepção taylorista/fordista de organização do trabalho, é incapaz de produzir uma subjetividade rica e criativa, como requerida pela atual forma de produção (que exige inventividade, comprometimento, sensibilidade afetiva, flexibilidade, mobilidade), sendo necessário o que podemos chamar de uma “racionalidade ampliada” (...) Não se trata de elidir o contexto daquilo que atualmente se considera como progresso. Sabemos que a máquina capitalística se insere nos mais refinados meandros da vida e busca, ali, ao encontrar insuspeitadas forças pulsantes, livres, extrair-lhes a potência para a reprodução do capital e de seus modos de sujeição (FONSECA ET. AL. 2008, p. 506).

Outro autor que se debruça nos estudos sobre a relação entre a corporeidade e o trabalho é o educador físico Carlos Herold Junior (2012), que em um de seus muitos trabalhos sobre o tema afirma que as transformações que houve no mundo do trabalho durante o século XX têm sua origem na expansão global do capitalismo, e foi facilitada pela incorporação do avanço tecnocientífico na produção e também no cotidiano de muitas pessoas. O resultado dessa incorporação foi considerar toda atenção e todos os estudos para os atributos intelectuais dos trabalhadores, deixando de lado a importância da materialidade ontológica contida na corporeidade. O corpo como objeto de domínio

já não é mais uma questão relevante em tempos de “trabalho inteligente”, pois este está além do corpo.

Concordando com Fonseca et. al. (2008), Junior (2012) reafirma que durante a evolução dos modos de produção capitalista no século XX (Fordismo, Taylorismo, Toytismo) a idéia de que o ato laboral tinha no corpo a centralidade da sua fonte produtora de mercadoria é posta em cheque:

Considerando essas análises até o período acima, pode-se pensar na existência de um processo de “descorporalização” do trabalho, por estar ele, então, cada vez mais apoiado nos atributos intelectuais dos trabalhadores. O trabalho não seria um foco profícuo de reflexões, pois, ao mesmo passo que o corpo estaria desaparecendo do trabalho, a sociedade estaria “somatizando-se”. Ou seja, à irrelevância produtiva do corpo associa-se ao “valor” do corpo nas relações sociais existentes nos momentos de não-trabalho (JUNIOR, 2012, p. 19).

Em sua análise, o autor sugere um olhar mais preciso sobre o corpo nesse contexto, no qual as rotinas de trabalho sobre o corpo assumem uma possibilidade de inteligência. Ergonomicamente, o trabalho convoca o funcionamento de toda a corporeidade que é regida pela inteligência, que se aplica sobre aquilo que é prescrito pela organização do gerenciamento. Essa lógica é caracterizada pelo método Toyota, “em que a captura da subjetividade do trabalho redonda em uma compreensão psicocorporal” (JUNIOR, 2012, p. 20).

Tendo em vista as transformações promovidas pela evolução nos modos de produção do capitalismo moderno e os inerentes conflitos bioéticos que emergem dessa evolução na relação trabalho-corpo-capital, quais seriam as conseqüências concretas que se manifestam na corporeidade do trabalhador que envelhece? Não só as conseqüências físicas, mas também as sociais e subjetivas. É importante analisarmos esse tema de forma crítica, partindo de indagações que nos convidem a refletir sobre a realidade inerente a todo corpo vivo – a decrepitude mercada pelo tempo no corpo físico que caracteriza a velhice e a finitude humana.

Frente a essa determinante nos resta questionar: Qual a condição do trabalhador, aquele que tudo produziu, na experiência da velhice? Quais são as marcas físicas e subjetivas resultantes da submissão, do controle e da apropriação do seu corpo durante a sua vida produtiva? O local que esse corpo ocupou na vida produtiva determina sua condição sócio-econômica na velhice? Não encontramos outro caminho para as respostas de tantas indagações sobre o tema que não o caminho da análise dos resultados vivenciados dos trabalhadores envelhecidos. Através da lupa crítica da bioética, propomos uma reflexão concreta da relação trabalho-corpo-envelhecimento, pois acreditamos que é na materialidade ontológica do corpo envelhecido do trabalhador que poderemos encontrar as respostas para as nossas indagações.

Sobre as discussões em torno das relações entre trabalho, corpo e envelhecimento, Samuel Pires Melo (2014) afirma que, devido ao aumento significativo da parcela da população idosa, há um rearranjo nas configurações e nas relações sociais e de trabalho da população idosa. Diante de

realidades problemáticas, em que boa parte dessa população não consegue acessar direitos fundamentais para sua dignidade, o autor nos leva a perceber certa violência, tanto material como simbólica. Sabemos hoje que o processo de envelhecimento é influenciado diretamente por diversos fatores e não apenas o corpo e a idade cronológica do indivíduo; associam-se aspectos genéticos, ambientais, socioeconômicos e culturais. O ciclo biológico do ser humano assemelha-se aos de outros animais – todos nascem, crescem e morrem – porém, o ser humano se diferencia dos animais e também se diferencia de outros humanos pelo lugar socioeconômico que ocupou e experimentou durante as etapas da vida produtiva.

O atual contexto *de modos de viver e trabalhar*, os chamados “novos paradigmas de produzir e viver”, da sociedade moderna estão baseados, sobretudo, nos conceitos de velocidade, produtividade, eficácia, flexibilização, atualização, envolvimento, trabalho em equipe, etc. E os profissionais mais velhos, por sua vez, são tidos como lentos, improdutivos, ineficazes, rígidos, desatualizados, rebeldes e sem habilidades para trabalhar em equipe (MELO, 2014, 268).

Nesse contexto, Melo (2014) postula que a aposentadoria é uma espécie de atestado oficial de envelhecimento, um símbolo que tende a estigmatizar o indivíduo como inativo e decretar sua inaptidão no processo produtivo. Em consequência disso, ocorre a anulação do ser social.

O idoso vem sendo fragilizado durante todo o século XX. Além de estereotipado pela fragilidade biopsíquica passa também pela decadência resultante da perda de *status* econômico. No próximo capítulo, iremos aprofundar esse debate em dois sub-capítulos. Primeiramente, contextualizaremos os conflitos sociais concretos que giram em torno da relação “velhice – trabalhador – capital – Estado” para, em seguida, apresentar a bioética do envelhecimento e refletir a existência desigual e vulnerável que assola a vida de muitos trabalhadores velhos.

CAPÍTULO III

3.1 BIOÉTICA E ENVELHECIMENTO

Os capítulos anteriores dessa dissertação trataram de explicar como o processo de trabalho se modificou e transformou as relações sociais ao longo da história. Escolhemos como marco temporal da nossa análise bibliográfica a Revolução Industrial Inglesa, pois, para nós, foi o evento que rompeu o paradigma de produção feudal e promoveu determinantes transformações no mundo, como a consolidação hegemônica do modelo de produção econômico capitalista e do nascimento das instituições no Estado burguês. Também apresentamos apontamentos de alguns dos conflitos éticos existentes na relação conturbada entre o capital e trabalhadores.

Em seguida, apresentamos a Bioética de Intervenção como ferramenta de reflexão para resoluções concretas, com fins de criar novas formas de relação calcadas sob valores éticos como autonomia, respeito, justiça e empoderamento. O intuito é gerar transformações reais na dinâmica relação entre o trabalhador e os detentores dos meios de produção, sempre levando em consideração a existência do trabalhador e sua devida importância nos debates e nas decisões do contexto do qual o mesmo faz parte.

Partimos do pressuposto de que o capital, através do Estado burguês e suas instituições, exercem um controle disciplinar que molda o corpo do trabalhador de acordo com as interesses do próprio capital.

Neste terceiro capítulo, iremos apresentar a condição do velho trabalhador, que já foi descartado do processo produtivo por não ter mais em seu corpo, em sua força de trabalho, a serventia para a acumulação de capital. Pois é na análise da condição do trabalhador envelhecido que encontraremos a expressão mais honesta do resultado da luta histórica travada entre o capital e a classe trabalhadora, é ali, no corpo envelhecido do trabalhador, que emergem todas as marcas do controle, da disciplina, da exploração e da apropriação física e subjetiva as quais os trabalhadores foram submetidos pela maior parte do tempo de suas vidas.

Iremos tecer uma crítica a respeito do que chamaremos de “descarte do velho trabalhador” e analisar o papel do Estado na tutela dessa pessoa, descartada do processo produtivo, além de buscar compreender quais implicações bioéticas existentes são vivenciadas pelos velhos trabalhadores.

3.2 A CONDIÇÃO DO VELHO TRABALHADOR: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

A população mundial vem passando por um processo de envelhecimento sem precedentes, que atinge todas as classes sociais. Este fenômeno já é uma realidade experimentada por diversos países centrais há muitos anos; já nos países ditos periféricos, como é o caso do Brasil, este fenômeno vem ganhando força nas ultimas décadas. Nos últimos 50 anos, a população brasileira quase triplicou: aumentou de 70 milhões de pessoas em 1960 para 204,4 milhões de habitantes em 2015. O aumento do número de pessoas idosas foi ainda maior. Em 1960, a população brasileira atingia 3,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 4,7% da população. Em 2000, 14,5 milhões (8,5% dos brasileiros) eram considerados velhos. Até o ano de 2010, houve um aumento significativo dessa parcela da população, chegando a 10,8%, ou seja, 20,5 milhões de pessoas idosas (IBGE, 2015).

Uma autora que se debruçou sobre o tema do envelhecimento da população foi Solange Maria Teixeira (2008), que analisou este fenômeno apontando sua causa no aumento da expectativa de vida, no declínio da taxa de fecundidade, no avanço médico científico, nos programas de esterilização em massa nas regiões periféricas e nas altas taxas de mortalidade da população jovem e pobre, sobretudo nos países mais desiguais. O fenômeno do envelhecimento, que há 50 anos se restringia ao debate da esfera privada e familiar, passou a ser tratado, nos dias atuais, como um fator importante a ser discutido também na esfera política, pública e social.

Do ponto de vista demográfico individual, o envelhecimento é definido pelos anos vividos e são considerados velhos, pela OMS, aqueles indivíduos que tem 60 anos de idade ou mais. Na dimensão biológica, o envelhecimento é determinado como um processo de mudança universal, induzido geneticamente e que se manifesta com a diminuição da plasticidade corporal, no aumento da vulnerabilidade devido à decrepitude corpórea e no aumento de probabilidade de morte. Ou seja, o envelhecimento humano é caracterizado pela perda gradativa das potencialidades físicas relacionadas à corporeidade e à diminuição do papel social desse indivíduo, tanto no âmbito familiar, como no produtivo e econômico (TEIXEIRA. 2008).

Em nossa sociedade podemos perceber que a questão do envelhecimento vem se tornando um problema social, principalmente para a classe trabalhadora, que tem como propriedade sua força de trabalho e que não detém controle total sobre o seu tempo de vida – pois o mesmo foi posto à venda no mercado de trabalho. Sobre esta problemática, a autora destaca:

(...) a classe dos trabalhadores improdutivos, aqueles cuja forma de trabalho são utilizadas, como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, entram no processo de realização da mais-mais valia, em serviços, comércio, bancos e outras modalidades contemporâneas. O capital incorpora ainda o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os temporários, terceirizados, precarizados em geral, e também os desempregados e todos aqueles que possuem apenas sua força de

trabalho não utilizada pelo mercado formal, os expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho, todos aqueles que compõem a classe-que-vive-do-trabalho (TEIXEIRA, 2008, p.23).

Para a moral capitalista que considera que “o tempo é tudo, o homem é nada: e quanto muito a carcaça do tempo” (Marx *apud* Teixeira, 2008, p. 25), faz com que se crie uma experiência cronológica na vida dos trabalhadores com traços negativos, quando expressados no convívio social, à medida que o mesmo transforma o seu tempo de vida em tempo de trabalho, em detrimento de suas necessidades e da sua dignidade. Essa expressão é ainda mais negativa para os trabalhadores que estão envelhecendo sob a realidade econômica de países que estão na periferia do capitalismo. Países estes nos quais condições estruturais desiguais e injustiças sociais são historicamente persistentes. Políticas liberais com o claro objetivo de promover a pulverização dos direitos trabalhistas e previdenciários, levando ao aumento de jornada de trabalho, diminuindo as horas de descanso e estipulando um maior tempo de contribuição, fazendo com que o trabalhador envelheça trabalhando, em detrimento da lógica expansionista do capital, com sua moral de acumulação e exploração do trabalho.

A centralidade no envelhecimento do trabalhador advém do movimento real e não apenas de pressupostos teórico-metodológicos. É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (TEIXEIRA, 2008, p.30).

Partindo da premissa de que o ser humano experimenta o envelhecer do seu corpo de acordo com o lugar que ele ocupa nas relações de produção e reprodução capitalista, devemos sempre questionar a ideia de que o envelhecimento é um processo universal que se realiza de forma simétrica e igualitária para todos. Nessa pesquisa, iremos apontar que o destino da vida humana é experimentado de maneira variável, injusta e desigual pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas. Nossos destinos acabam sendo influenciados direta ou indiretamente por determinantes sociais e econômicas. A máxima de que “Os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade” (TEIXEIRA, 2008, p. 30) exerce papel norteador nessa pesquisa, pois é a dignidade do velho trabalhador que está sendo problematizada nessa dissertação.

Concordando com Teixeira (2008), Souza, Mattias e Brêtas (2010) entendem que a velhice é um fenômeno natural e processual, que vai do ventre à morte. O processo de envelhecimento comporta a velhice e jamais deve ser encarado como a morte, mesmo estando mais próxima a este

fato. Os autores acreditam que por mais que o Estado, nas sociedades industrializadas, proteja os idosos da violência física, o envelhecimento acarreta também na vulnerabilidade biológica da corporeidade, o que leva à fragilização do corpo envelhecido, acarretando, em muitos casos, o isolamento e reclusão do convívio social e produtivo (SOUZA; MATTIAS; BRÊTAS, 2010, p. 2839).

Agra do Ó (2008), em seu trabalho sobre a obra do sociólogo Norbert Elias (1998), propõe uma problematização acerca do tema da temporalidade. Para ele, é necessário que os homens pensem em si mesmos com relação ao tempo, refletindo sobre como a velhice se tornou sinônimo de violência no mundo contemporâneo. No caso da velhice e da morte, a sociedade moderna empreendeu, segundo Elias, um movimento de retirá-la do espaço público e transportá-la para a esfera privada e ao universo dos especialistas. O homem comum sabe cada vez menos de si, e a cada dia depende de ajuda especializada para viver e para morrer, como se sua autonomia houvesse sido, em nome da civilização, diluída por padrões de racionalidade que são, na verdade, mecanismos de construção ou de manutenção de hierarquias e assimetrias sociais. O autor afirma:

Essa teria sido a forma pela qual nossa sociedade elaborou a sua relação consigo e com a prática da individualização: os afetos foram controlados, os instintos, subjugados à cultura, a felicidade foi relacionada intimamente à satisfação e ao gozo perene do indivíduo. Aos velhos passou a caber apenas a culpa por sua própria decadência e a alternativa do isolamento, sob os cuidados de instituições e especialistas, que os retiram do convívio social, pacificando a sensibilidade dos mais jovens (AGRA DO Ó, 2008 p. 392)

Voltando especificamente para o Brasil, França e Soares (2009) afirmam que a expectativa de vida dos brasileiros é de 73 anos e espera-se que no ano de 2050 essa expectativa chegue aos 81 anos. Projeções demográficas esperam que nesse mesmo ano a sociedade brasileira seja composta pelo mesmo número de idosos e jovens; esses números nos apresentam realidades futuras problemáticas e que devem ser refletidas de forma concreta em nossos dias. A perspectiva é de que haja apenas três trabalhadores jovens em “idade produtiva” para cada idoso no país. A respeito desses dados alarmantes, as autoras afirmam que a aposentadoria do trabalhador, mesmo sendo uma temática relativamente nova, tem se demonstrado conflitante em diversos aspectos.

Diante deste cenário, onde a população envelhece rapidamente e a transição etária e demográfica dos brasileiros se torna inevitável, nos resta questionar em quais condições os trabalhadores de hoje vivenciarão e velhice que chegará em breve? Qual é o papel do sistema previdenciário no Estado brasileiro? Como lidar de forma ética e concreta com todas as questões físicas e sociais que envolvem o envelhecimento humano? Respondendo a alguns desses questionamentos, recorreremos ao último estudo publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), publicado por (CAETANO et. al. 2016).

Segundo esses autores, uma das maneiras de mensurar o destino dos recursos de distribuição previdenciária é verificar qual o perfil das pessoas que recorrem à aposentadoria precoce, isto é, homens e mulheres que se aposentam com idade inferior à 60/55 anos. Contatou-se que 63% das pessoas que se aposentam precocemente detêm alto poder aquisitivo. Ou seja, pessoas de classes mais abastadas se aposentam mais cedo, o que promove desigualdade na distribuição de renda realizada pelo Estado.

Dessa maneira, percebe-se intuitivamente que o aumento das despesas em benefícios de aposentados por tempo de contribuição vai piorar a desigualdade de renda no Brasil – e deve-se lembrar que, a despeito da redução da desigualdade observada desde o início dos anos 2000, o Brasil segue sendo um dos países mais desiguais do mundo (CAETANO, et. al. p. 12, 2016)

O processo de envelhecimento tende a desequilibrar as despesas previdenciárias. Tendo em vista que tal processo no Brasil está se realizando de forma rápida e desigual. Em outras palavras, os trabalhadores mais pobres, que vivenciam condições de trabalho muitas vezes precarizadas, se aposentam mais tarde. Ou seja, contribuem por mais tempo para a previdência. Isso não ocorre com os trabalhadores com trajetórias mais estáveis e de maiores níveis de renda. “Portanto, temos um sistema previdenciário que dá melhor tratamento, no setor urbano, àqueles com maior nível relativo de renda e pior àqueles com menores rendimentos” (CAETANO, et. al. p. 23, 2016). Os autores ainda concluem:

A evolução demográfica projetada para as próximas décadas torna o quadro da administração previdenciária ainda mais desafiador. O Brasil passa por envelhecimento populacional que está acontecendo em velocidade duas vezes superior à média ocorrida nos países mais desenvolvidos, resultante do aumento da expectativa de vida e da redução do número de filhos. Em 2010, havia dez pessoas com idade entre 15 e 64 anos – potencialmente ativa, portanto – para cada habitante com idade de 65 anos ou mais. Em 2060, essa proporção será pouco superior a dois para um (CAETANO, et. al. p. 28, 2016).

Podemos encontrar no olhar bioético uma contribuição para esse importante e problemático tema, ajudando a construir idéias e soluções concretas, através da reflexão crítica da realidade, observando a dinâmica das transformações e dos conflitos entre a classe trabalhadora e o capital. No próximo e último sub-capítulo, apresentaremos a percepção da bioética sobre o tema do envelhecimento humano, apresentando reflexões sobre vulnerabilidade, autonomia e dignidade do trabalhador que não serve mais para a produção – o trabalhador “descartado”.

3.3 O DESCARTE DA VELHICE: REFLEXÕES BIOÉTICAS

O envelhecimento é uma realidade, um fato que está a cada dia mais próximo, o mundo envelhece e todos envelhecem junto com ele, tal como dizia a canção: “a gente mal nasce e começa a morrer”.

O processo de envelhecimento se inicia já na concepção e todo ser humano, inevitavelmente, está fadado a esse processo. Do ponto de vista coletivo a humanidade passa por um período de transição demográfica que se caracteriza pela ampliação da expectativa de vida, isto é, pela ampliação da própria velhice. Este fenômeno está relacionado a uma série de fatores, tais como disponibilidade de novas tecnologias de cuidados em saúde, a redução da mortalidade e da fertilidade em grande parte do globo, o processo de urbanização, entre outras determinações políticas e econômicas (Canning, 2011).

Não é possível, entretanto, compreender o processo de velhice sem ter em mente o conceito de vulnerabilidade. De acordo com Almeida (2010), a vulnerabilidade é definida pela limitação da capacidade e a liberdade do indivíduo. Segundo a autora, o termo também pode ser aplicado no reconhecimento de grupos sociais específicos, que por circunstâncias física, psíquica, social, política ou econômica são vistos, do ponto de vista bioético, como grupos vulneráveis

O aspecto fundamental para que a vulnerabilidade seja entendida como princípio ético é a obrigação da ação moral, que pode ser realizada em dois sentidos: sob uma ação mais restrita e individual e também sob uma ação mais ampla e coletiva. A vulnerabilidade está presente na essência de todo ser humano, um traço inerente à espécie, tendo em vista a finitude e a fragilidade do indivíduo diante da morte.

Podemos considerar também que a vulnerabilidade do outro pode ser a perda de sua autonomia, quando suas vontades e decisões deixam de ser consideradas. O estudo de tal condição requer um olhar ético para perceber as nuances entre as pessoas sem autonomia, isto é, que por alguma razão se tornam indivíduos vulneráveis diante de uma realidade que nega a sua existência. Daí a importância de se pensar em mecanismos que visem à proteção de grupos vulneráveis. Para tanto, deve estar presente na consciência da humanidade o reconhecimento de sua própria vulnerabilidade, já que todos um dia se encontrarão em uma realidade de fragilidade inerente a vida. É preciso ir de encontro com o outro para, assim, construir uma relação mutuamente benéfica, desenvolvendo a ética necessária para a superação de nossas próprias fragilidades (ALMEIDA, 2010).

Nesse contexto, a gerontologia surge como ferramenta epistemológica para analisar os fenômenos do envelhecimento humano. De acordo com Almeida,

A gerontologia é uma ciência moderna com história antiga, que se afirma por meio dos fenômenos que fazem parte da história do ser humano. A velhice exprime-se como fenômeno relativo, no qual o fato tempo exhibe diversas medidas, pois o valor de um ano de vida para uma criança é relativamente diferente de igual período de vida num idoso. Assim, o tempo interior não é igual para todas as pessoas ou acontecimentos. (ALMEIDA, 2010, p. 541).

De acordo com esta linha de pensamento, o fenômeno do envelhecimento se dá de forma relativa, sendo que a idade cronológica não o determina, uma vez que as pessoas envelhecem de maneiras diferentes, pois são influenciadas diretamente por fatores econômicos e sociais. Na sociedade ocidental, temos uma realidade que exclui o idoso, já que se trata de uma sociedade concebida por adultos jovens com plenas capacidades para as práticas e atividades produtivas. Em uma sociedade onde o adulto jovem é o centro das atenções, resta para a pessoa idosa uma imagem estigmatizada. Isto nos leva a considerar a necessidade da elaboração de políticas afirmativas para os idosos, combatendo preconceitos. É preciso, através de diversas estratégias educacionais, políticas e sociais, preparar a sociedade civil para o fenômeno do envelhecimento populacional, melhorando a atenção à saúde de todos os idosos e se preocupando com o número cada vez maior dessa parcela da população que tende a crescer ainda mais com o passar dos anos (ALMEIDA; 2010).

Diante do cenário de envelhecimento populacional, a bioética pode se tornar a ética do mundo que envelhece. Pois o envelhecimento rápido e sem equilíbrio da humanidade pode levar a um grande colapso econômico. Essa realidade torna a reflexão bioética uma importante ferramenta para a sobrevivência da humanidade.

A bioética do envelhecimento, mais especificamente, sugere a criação de políticas públicas que permitam enfrentar as reais necessidades da população idosa. Com objetivo de se tornar uma ética social, a bioética do envelhecimento reconhece os idosos como parte integrante da sociedade.

A ética do envelhecimento deve ser razoável para resolver a superficialidade e a artificialidade na experiência secular da cultura contemporânea. Podemos notar em nossos tempos uma apologia ao culto do corpo, apresentado diariamente nos grandes meios de comunicação de massa. Com fins mercadológicos, vendem uma falsa ideia de juventude eterna, em que o envelhecimento se torna um sinal de descuido. Para sustentar o discurso anti-envelhecimento, os meios de comunicação freqüentemente expõem a imagem dos velhos como pessoas incapazes e debilitadas, de comportamentos caricatos que vão da imagem de inabilidade ao lugar de estorvo familiar. O desrespeito social, quando não o desprezo diante do envelhecimento humano, representa uma constante ameaça para a autonomia e a dignidade da pessoa idosa. O processo de envelhecimento se expressa da mesma maneira em todos os seres humanos; porém, é o corpo que

envelhece. Independente da cultura, religião, nacionalidade ou etnia, o envelhecimento inevitavelmente chega para todo ser humano (SILVA; CALDAS, 2009)

As autoras afirmam que o crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e no Brasil esse crescimento vem aumentando de forma acelerada. Todos os anos cerca de 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, sendo que grande parte desses idosos apresentam alguma doença crônica ou alguma limitação funcional. Devido ao crescimento rápido dessa parcela da população, a legislação brasileira avançou alguns passos com a promulgação, no ano de 2003, do Estatuto do Idoso. E também, no ano de 2006, através do SUS, formulou-se o pacto pela saúde, que teve como propósito dois eixos: atenção as pessoas idosas que são independentes e a parcela frágil desta população (SILVA; CALDAS, 2009).

Neste contexto, a bioética se apresenta como instrumento para a reflexão e debate da sociedade sobre as formas de encontrar sentido no processo de envelhecimento, questionando a busca pelo rejuvenescimento baseado em produtos vendidos como “anestésicos” diante da dor causada pela percepção do declínio físico inerente ao envelhecimento humano (SILVA; CALDAS; 2009).

De forma geral, o fenômeno do envelhecimento tem um grande impacto em todo mundo. A porcentagem de idosos pelo mundo que no ano de 2000 chegava a 10% da população tem uma estimativa de chegar a 21% da população mundial no ano de 2050.

Diante desse cenário, que já foi explicado no capítulo anterior, de intenso ritmo de crescimento da população idosa, devemos nos preocupar com alguns conflitos inerentes ao aumento da expectativa de vida, como o aumento das doenças crônico-degenerativas que comprometem a saúde dos idosos. Outro ponto que deve ser urgentemente debatido diz respeito à promoção de políticas públicas que proporcionem um envelhecimento saudável às pessoas. Ainda hoje são poucas as iniciativas direcionadas aos idosos, tornando extremamente necessário uma atenção maior na formação e capacitação de profissionais que estão diante desse enorme desafio.

É amplamente conhecido que é através do acesso universal à saúde e da promoção de políticas públicas que se proporciona uma vida digna a todos, sendo essa a base do envelhecimento saudável. Todo esse contexto envolve diversos fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida de todos. Fatores sociais, econômicos e ambientais tornam o tema do envelhecimento da população um campo fértil para a reflexão bioética que visa abranger a relação dos idosos com as outras gerações e de sua autonomia na vida comunitária.

Inseridos nesse debate, os autores Queiroz, Ruiz e Ferreira (2009), em uma reflexão ética sobre o envelhecimento e aspectos como a qualidade de vida, comunicação e educação voltada à população idosa, partem do pressuposto de que é preciso respeitar os direitos dos idosos, sua dignidade como pessoa humana, com toda subjetividade de um ser singular e único. Reconhecer a

dignidade do idoso é afirmar dignidade de todas as gerações. O idoso como indivíduo biográfico, de história única, deve ser reconhecido e ter seus direitos como cidadão assegurados. A cidadania da população idosa deve contar com espaços de participação em que o idoso esteja ativo de forma concreta, tendo seu valor de cidadão respeitado e levado em consideração nas decisões da comunidade.

Com relação a este tema, A Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO deixa claro que seus princípios estão intimamente relacionados à dignidade humana, direitos como liberdade, autonomia, consentimento e confidencialidade devem ser assegurados pelos estados e as relações sociais entre seres humanos devem ser regidas por valores como solidariedade, cooperação, responsabilidade, equidade, beneficência, justiça e diversidade cultural. Essas características devem ser respeitadas em sua plenitude por todos os países signatários (QUEIROZ; RUIZ; FERREIRA; 2009).

Para melhor compreender esses aspectos, é necessário nos voltarmos para o importante conceito de envelhecimento ativo. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o envelhecimento ativo é o processo no qual a pessoa que está envelhecendo continua tendo participação social, segurança econômica e acesso à saúde. O envelhecimento ativo prevê melhorias nas condições de vida dos idosos em todos os aspectos, não apenas na atenção à saúde, mas também na sua inserção social. Existem diversos documentos internacionais como o Plano de Ação Internacional da ONU em Favor da Velhice, idealizado em Madrid no ano de 2002. Temos ainda documentos de políticas nacionais, como o Estatuto do Idoso de 2003, que deixa claro que o envelhecimento humano é um direito personalíssimo, que garante a qualquer pessoa a proteção a vida e à saúde por meio de políticas sociais que permitam um envelhecimento saudável e com dignidade (QUEIROZ; RUIZ; FERREIRA; 2009).

Assim, o cuidado com o idoso se torna um grande desafio para todos, pois é através do cuidado com o outro que entramos em contato e tomamos consciência da nossa própria fragilidade e finitude na vida. Fazer uso da bioética como ferramenta de educação e comunicação pode ser uma valiosa arma para a transformação concreta da relação dos idosos dentro da sociedade. É preciso que as pessoas tratem o envelhecimento como um processo natural, que requer uma reflexão ética sobre o tema, reconhecendo a pessoa velha em sua dignidade. A bioética pode também ser utilizada para melhorar e ampliar a formação de profissionais, na conscientização de familiares e cuidadores, fazendo com que essas pessoas que lidam diretamente com a população idosa os tratem de forma mais natural e igualitária, evitando estigmatização e infantilização da pessoa idosa.

CAPÍTULO IV

Após apresentar os temas: Trabalho-Corpo-Envelhecimento, no quarto e último capítulo desenvolvemos uma síntese em forma de artigo científico de caráter teórico, crítico e analítico, produzido a partir do exercício de fundamentação teórica apresentado nos capítulos anteriores. O artigo será submetido ao periódico Saúde & Transformação Social.

4.1. ARTIGO: AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO SOBRE O CORPO HUMANO E O DESCARTE DA VELHICE

Vitor Rafael de Souza Ribeiro
Thiago Rocha da Cunha

RESUMO

O presente artigo analisa conflitos bioéticos relacionados à descartabilidade da velhice na ordem social capitalista. Orientada por uma pesquisa de tipo teórica, a análise relaciona a determinação histórico-social do trabalho e suas implicações na corporeidade humana – especialmente do corpo envelhecido. Discute que o envelhecimento não deve ser concebido como um processo individual puramente cronológico ou biológico, mas um fenômeno coletivo atravessado por questões éticas e políticas. Conclui pela necessidade de uma bioética do envelhecimento capaz de orientar políticas públicas e agendas de pesquisas voltadas à compreensão e intervenção nos conflitos éticos que afetam os trabalhadores envelhecidos, especialmente aqueles que são descartados pelo trabalho na ordem social capitalista.

Palavras chaves: Trabalho, Corpo, Envelhecimento, Bioética

ABSTRACT

The present article analyses bioethical conflicts related to the disposal of old age in the capitalist social order. Oriented by a theoretical research, this analysis relates the historic-social determination of labor and its implications towards the human corporeity – specially the aged body. It also discusses that aging should not be construed as an individual process, purely chronological or biological, but a collective phenomenon crossed by ethical and political matters. It concludes by the necessity of an aging's bioethics that is able to orient public policies and research agendas, aiming the comprehension and intervention in ethical conflicts which affects aged workers, specially those discarded by the employment market in the capitalist order.

Key words: Work, body, aging, bioethics.

4.2 INTRODUÇÃO

Diante do vertiginoso avanço do processo de transição demográfica vivenciado no Brasil, onde a parcela envelhecida da população tende a aumentar rapidamente, segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério de Justiça e Cidadania¹ há dados das Nações Unidas que apontam que uma em cada nove pessoas no mundo tem 60 anos ou mais. Em 2012, 810 milhões de pessoas têm 60 anos ou mais, o que corresponde a 11,5% da população global. No Brasil, a população idosa totaliza 23,5 milhões de pessoas.

O cenário econômico global, caracterizado pelo estabelecimento definitivo da ordem capitalista, tenciona conflitos éticos de ordem social, sanitária, clínica e ambiental, sendo a bioética uma importante ferramenta interdisciplinar de compreensão e resolução dos conflitos que emergem desses tensionamentos. Estes, persistentes na luta de classes no interior da sociedade capitalista, tal como percebida na tradição marxista^{2,3}, apresenta repercussões concretas no corpo e na qualidade de vida de todos os seres humanos. A bioética, especialmente nas produções de autores que analisam criticamente o sistema capitalista, tal como Berlinguer⁴ e Garrafa e Porto⁵⁻⁸, propõe a leitura crítica dos problemas coletivos e da reprodução dos modos de vida, denunciando as iniquidades e as injustiças sociais, buscando contribuir com a transformação da realidade a partir do campo científico, dos movimentos sociais e das políticas públicas, se realizando como uma *praxis* social.

Neste contexto, a condição do trabalhador envelhecido é a de um indivíduo afetado por uma intersecção de vulnerabilidades, tendo estado sujeito aos mecanismos disciplinares ao longo da vida produtiva. Partimos da ideia de que quando o corpo do trabalhador se encontra envelhecido, ou seja, quando o corpo não corresponde mais a demanda imposta pela produção, seja por questões físicas, psíquicas ou sociais, ele é descartado do mercado de trabalho. Com isso, esse indivíduo que já é vulnerabilizado pela decrepitude biológica do corpo, também pode se tornar, dependendo do lugar que ocupou na sua história produtiva, um vulnerável social e econômico. Este é o conflito bioético central a ser problematizado nesse artigo.

Destarte, o presente artigo é fruto de uma pesquisa teórica⁹ cujo objetivo foi debater aspectos teóricos concernentes às implicações éticas do trabalho sobre o corpo humano e o processo de descarte na velhice.

4.2 TRABALHO NA ERA DO CAPITAL E AS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS

A forma com que o mundo do trabalho se organizava na Europa sofreu uma mudança crucial com o advento da Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, na Inglaterra. Para Marx, a invenção de novas tecnologias, sobretudo movidas a vapor, proporcionou uma mudança radical na lógica de produção social, em sua estrutura e também na forma de organização do trabalho².

Segundo Engels, até a introdução das máquinas na produção, a tecelagem e a fiação aconteciam dentro das casas dos trabalhadores, residentes de áreas campestres próximas das cidades. Porém, a rápida expansão da indústria determinou a produção em larga escala, a concentração dos meios de produção e a demanda de mais força de trabalho. Com isso, milhares de pessoas que deixaram o campo foram obrigadas a migrarem. Surgiram, assim, grandes cidades industriais, onde pelo menos três quartos da população era constituída por operários. Em 1892, Londres tinha uma população de 2,5 milhões de habitantes – fato que lhe rendeu o título de “capital mundial do comércio³”.

Nesse momento em que surge uma nova massa de trabalhadores urbanizados, a indústria se torna centralizadora, levando a massificação da população em grandes cidades. Esse fenômeno é inerente ao próprio capital, uma vez que a indústria centraliza a população em torno dela devido a sua necessidade de força de trabalho para produção. O autor não vê com otimismo esse movimento e sua conclusão é que estava em curso uma guerra social, uma verdadeira “guerra de todos contra todos³”. Nela, os indivíduos consideram seres humanos objetos utilizáveis, criando um contexto no qual “(...) cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os pouco fortes, isto é, os capitalistas se apropriam de tudo (p.69)³”.

Para compreender melhor como as mudanças deste período impactaram na maneira com que o capitalismo passou a dominar os indivíduos, é fundamental a compreensão do conceito de trabalho na perspectiva apresentada por Karl Marx. De acordo com este autor, “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a

natureza, processo este em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (p.255)²”.

Desta maneira, para Marx, o trabalho constitui a condição natural eterna da existência humana, ou seja, sem o trabalho não haveria o desenvolvimento histórico-social da humanidade⁷.

Assim, o processo de trabalho é, em si, um fenômeno positivo e parte fundamental na engrenagem da história e da constituição do homem. O ser humano é portador consciente da atividade criadora que se realiza por meio da potencialidade exercida pelo corpo na relação com a natureza. Sendo a natureza e o humano pressupostos da produção material, eles coexistem através dos meios de produção e do trabalhador¹⁰.

Ao analisar a história desta força produtiva, Marx salienta a existência e a importância da relação material entre homem e o trabalho, desde os primórdios da história, afirmando que:

A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (p.255)².

Contudo, após a modernidade, esta relação do trabalho se modifica substancialmente, quando o capitalista passa a controlar a relação entre homem e trabalho por meio da transformação da própria força de trabalho em mercadoria. O conceito de força de trabalho é também parte fundamental na obra de Marx. Segundo o autor alemão: “por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos que o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (p.242)²”.

Consolidado o processo de Revolução Industrial na Europa no século XIX, tal como apresentado por Marx e Engels, o início do século XX é marcado por novas mudanças nos modos de produção capitalista. Idealizado pelo estadunidense Henry Ford (1863-1947), o modelo – fordista – modificou o processo artesanal de produção de carros e implementou o Sistema Taylor na linha de montagem de automóveis. O Sistema Taylor consiste em um método científico de administração desenvolvido pelo

engenheiro estadunidense Frederick Taylor (1856-1915), que tem como finalidade uma forma de organização do trabalho humano, programando o parcelamento das atividades e tarefas exercidas pelos trabalhadores através da supervisão e do controle dos movimentos laborais e o tempo na execução de cada tarefa. O trabalhador no sistema Fordista/Taylorista passa a ser apenas um “apêndice do sistema mecânico, ou seja, um corpo morto”¹¹.

Não há dúvidas de que a racionalização científica dos meios de produção capitalista promovida pelo Fordismo/Taylorismo elevou exponencialmente a produção dos bens de consumo e o acúmulo de capital. Nesse sentido, Santos analisa que esta transição se difundiu para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho. Havia como base a linha de montagem, a produção em massa, consumismo massificado, controle do tempo e movimentos laborais, produção parcelada, cisão entre planejamento e execução do trabalho e a conseqüente desqualificação do trabalhador. Sendo a época do surgimento de uma nova institucionalidade não só para garantir a reprodução do capital, mas para manter o capitalismo. Neste período, foi necessário incorporar as massas, ou seja, oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos previdenciários, saúde, educação etc. O Estado, nesta senda, assume para si a garantia destes direitos civis eximindo inclusive os donos do capital da responsabilidade de manutenção da força de trabalho¹¹.

Com a grande crise do capitalismo na década de 1970, outro formato de produção é colocado em prática nas indústrias devido à necessidade de transformação exigida pelo capital diante da crise econômica mundial e a conseqüente queda do lucro. É neste momento instável que começa a ser praticado, em larga escala mundial, o método japonês de produção, conhecido como Toyotismo (1948 e 1975). A característica central do toyotismo é de que o trabalhador não podia ser especializado em funções únicas e restritas como no modelo fordista. Ao contrário, essa força de trabalho tinha que executar diversas tarefas, desempenhar habilidades e funções em diferentes equipamentos, além da exigência do trabalho em grupo com intuito de mudar e reconfigurar todo o sistema produtivo sempre que necessário. Desta maneira, nascia a lógica do trabalho “flexível”¹².

Com a reestruturação dos modos de produção, a evolução do capitalismo exigiu a formação de um trabalhador mais participativo, escolarizado e polivalente. Porém, a polivalência é vivenciada de forma ambígua, pois trouxe também ao trabalhador uma maior responsabilidade, controle subjetivo e menor autonomia, ou seja, o trabalhador

foi inserido subjetivamente como capital humano ao capital privado. Assim, o trabalho que deveria ser prazeroso, em que deveria ser delegada ao trabalhador uma parte importante da concepção, da inventividade e da capacidade de solucionar problemas, passou a ser tratado apenas como uma forma de aumentar a produção¹³.

A convocação do debate e da reflexão bioética é de suma importância na relação entre trabalhadores e o capital no processo de produção. Berlinguer⁴ chama a atenção para a necessidade de se considerar a importância concreta e real da existência dos trabalhadores e de suas percepções e perspectivas. Assim, elas devem ser sempre levadas em consideração para qualquer reflexão a respeito do mundo do trabalho. O surgimento da biotecnociência nos apresenta uma nova realidade de intervenção das ciências e das tecnologias que atingem diretamente a dimensão biológica e subjetiva do ser humano. O avanço biotecnocientífico pode e poderá ser fator de potência ou de enfraquecimento da relação humano – trabalho – produção – ambiente⁴.

Entretanto, trabalhadores e membros das classes populares são anulados na medida em que seus direitos econômicos e sociais são desconsiderados pelos interesses de grupos hegemônicos, tornando a cidadania inacessível a certos grupos sociais. Por isso, é preciso estabelecer outros modos éticos para os processos de trabalho e de produção, reflexões éticas que partam também da percepção dos trabalhadores⁴.

Há uma crítica contra as “deontologias empresariais” ou “ética empresarial” que acabam culpabilizando as vítimas, no caso, os trabalhadores. A ética empresarial como norma norteadora de aplicabilidade moral e técnica no mundo do trabalho parte da decisão e dos interesses de instituições empresariais, em que tais decisões e norteamentos de condutas afetam diretamente a vida e a saúde dos trabalhadores. De forma alguma essa lógica deveria ser chamada de “ética empresarial” e, sim, “moral empresarial”, já que ela não é refletida e tão pouco discutida entre as partes envolvidas. Com isso, a bioética propõe a criação de uma consciência ética adquirida por meio da educação crítica, voltada especificamente para os trabalhadores com o intuito de fornecer ferramentas para a transformação da realidade, promovendo reflexões que tenham o objetivo de empoderar e libertar a classe trabalhadora das explorações e opressões que os marcaram e continuam marcando no decorrer desde a Revolução Industrial¹⁴.

Berlinguer⁴ (1993) aponta, a partir de sua análise, cinco pontos problematizadores da questão ética na relação de valores e interesses dos envolvidos, eles são: 1) o conflito entre o direito à vida, à saúde e à segurança dos trabalhadores e o

direito das empresas a maximizar a produção; 2) o conflito que se refere à informação: direito dos trabalhadores a conhecerem os riscos, direito da empresa aos segredos industriais e comerciais, direitos e deveres dos "experts" profissionais; 3) o conflito entre a produção e o ambiente externo, entre trabalhadores e população; 4) os conflitos internos entre trabalhadores; e, 5) os conflitos entre trabalho, saúde reprodutiva e reprodução da vida.

Freqüentemente esses conflitos são sustentados por desequilíbrios de poder. Poder que se exprime na materialidade corpórea e da dignidade humana, colocando-a em risco ou subtraindo anos de vida. A única referência moral e ética para tratar esses conflitos deve ser, portanto, a corporeidade humana e a dignidade de cada pessoa.

4.3 O CORPO E A BIOÉTICA DE INTERVENÇÃO

A bioética estabeleceu-se no século XX com o intuito de propor novos modelos de integração e interação entre o ser humano e o ambiente que o rodeia. Com o passar dos anos e em contextos diferenciados, as perguntas acerca do tema da bioética tomaram novas direções, criando novos espaços de debate e fomentando novas indagações. Nas últimas décadas, em especial nos países latino-americanos, um dos pontos que vem chamando atenção dos pesquisadores da área diz respeito ao caráter de intervenção prática que essa ciência pode adquirir⁵.

Conceitos como empoderamento, libertação e emancipação sustentam os princípios e as motivações da Bioética de Intervenção no debate global. As persistentes desigualdades sociais que se apresentam nos países periféricos, como o acesso de recursos de subsistências, faz da bioética uma ferramenta de intervenção de ética aplicável. A bioética atua através da ação social politicamente comprometida em transformar a realidade para afirmar os valores e a dignidade da vida humana como ferramenta de *práxis* social. Apresentando o objetivo de promover a inclusão e promover a justiça social⁵.

Lins, Vasconcellus e Palacios afirmam que um dos referenciais da bioética é sua estrutura “multiintertransdisciplinar”, sendo embasada por diversas áreas do conhecimento que se entrelaçam e se ligam, promovendo uma análise do objeto de estudo realizado por diferentes vertentes científicas, levando a diversas interpretações sobre o mesmo tema. Sempre contando com o embasamento biotecnocientífico, a

bioética não deixa de lado questões a respeito da materialidade social que nos constitui como seres humanos. Reivindica também a pluralidade moral dos indivíduos que deve ser assegurada pelo Estado Democrático de Direito, sempre no sentido de promover um convívio entre os diferentes atores morais de forma pacífica. Legitimando a necessidade da utilização de narrativas contemporâneas e concretas como a comunicação, linguagem, coerência e a argumentação factual para o resultado esperado. Nesse contexto, a bioética leva em consideração a pluralidade moral da sociedade e se apresenta como um método de análise moral "laico", pois não parte de uma moral doutrinadora hegemônica, a bioética é composta pelo mesmo pluralismo moral que constitui todas as sociedades¹⁴.

A bioética de intervenção surge como uma ferramenta de denúncia e reflexão que parte de países periféricos do Hemisfério Sul, os quais foram colonizados pelos países centrais, deixando marcas profundas e situações persistentes de desigualdade, exploração e opressão nesses locais. Os autores reconhecem que o desenvolvimento e a racionalidade que afloraram durante a Modernidade na Europa se deram graças à conquista e à exploração dos continentes americano e africano, sobretudo da América Latina, ou seja, não haveria a riqueza e o desenvolvimento do norte sem a exploração e apropriação do sul⁶.

A qualidade de vida, o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a busca por equidade nos países centrais se difere em muito da realidade encarada pelos países periféricos, isso não apenas supõe uma diferença de nível de desenvolvimento, mas também um escalonamento de valores entre as vidas. Esse seria, de acordo com Nascimento e Garrafa, um aspecto em comum entre as diferentes formas de colonização, quais sejam econômicas ou aquilo que chamaremos de *Colonialidade da vida*⁷.

Essa forma de colonização é exatamente o processo de criar uma ontologia de vida que autorize a pensar que algumas vidas são mais importantes do que outras, desde o ponto de vista político, fundando assim uma hierarquia, uma casta, uma relação de poder que cria uma justificativa para a dominação, exploração e submissão dos povos periféricos, sob o pretexto de ser esse o caminho para o desenvolvimento econômico mundial. Para os autores “é impossível entender os efeitos, os sentidos, as dinâmicas e as práticas de poder da Modernidade sem entender que ela tem em sua base uma lógica colonial⁶”.

Diante do contexto histórico-geográfico, a bioética de intervenção, que surge na América Latina, apresenta a corporeidade humana como marco teórico e conceitual, e as sensações de prazer e dor como indicadores da necessidade bioética dessa intervenção. O reconhecimento do corpo como parâmetro para intervenção ética, para Porto e Garrafa⁸, se dá pelo fato de que o corpo é a manifestação concreta e universal para a manutenção do indivíduo, da cultura e da sociedade. Uma das razões para explicar a adoção do parâmetro de sensações de prazer e de dor, é que esses são originários das experiências corpóreas da pessoa durante as relações sociais e as relações com o ambiente. Sensações que se manifestam em todo corpo humano vivo, independente de raça, idade, classe social ou cultura.

O prazer e a dor são indicadores que podem demandar uma intervenção bioética, à medida que refletem a satisfação das necessidades dos indivíduos. Tais satisfações podem ser mensuradas pela possibilidade dos indivíduos experimentarem graus diferentes de prazer ou dor, diferença promovida pelas condições sociais e econômicas a quais estão submetidos⁸.

O método assume que é na corporeidade humana que se constata a unidade indissolúvel, material e universal dividida entre todos da espécie humana, o corpo. Pois é através dos sentidos deste que realizamos física, sensorial e subjetivamente a existência material da vida como experiência sensório-motora. O corpo se manifesta da mesma forma e disposição em todos os humanos espalhados no globo terrestre. Só no corpo, e através dele, que a experiência de plenitude da vida se manifesta, ou seja, é o corpo que nos une num substrato universal. Em qualquer cultura, independente de raça, credo, moral, ética ou qualquer outra subjetividade, é o corpo material que proporciona e dá sentindo a vida de qualquer ser humano. Sobre esse tema, os autores postulam:

Assim, é proposto o resgate da idéia de corpo, que transcende a limitação à dimensão fisiológica imposta pelo paradigma cartesiano, passando também a contemplar a dimensão social. As sensações de prazer e dor seriam os pólos extremos do aspecto das necessidades mais básicas das pessoas humanas, que ganham existência na experiência corpórea de cada indivíduo em suas relações com o meio social e com o meio ambiente (p.493)¹⁵.

Desta maneira, iremos apresentar uma crítica a respeito da forma como vem se realizando o processo de domínio dos corpos na atualidade, em que as instituições

assumem o papel de controle, físico e subjetivo, em suas micro-relações de poder que capilarizam as relações “intercorporais” na sociedade capitalista.

Quando o corpo é colocado à venda, como mercadoria, suas potencialidades são apropriadas pelos detentores dos modos de produção, comprando sua força vital de trabalho. Diante deste cenário, nos resta questionar: quais são os dispositivos utilizados pelo capitalismo para a captura, o controle e o descarte dos corpos? Qual o papel das instituições na manutenção do *status quo* que persiste em reproduzir desigualdades e injustiças ainda em muitos países periféricos na sociedade moderna?

4.4 CORPO, TRABALHO E CONTROLE

Para responder a essas questões conflitantes, utilizaremos também como embasamento teórico neste artigo, autores que interpretaram a obra do pensador francês Michel Foucault, que dedicou anos de pesquisa no estudo crítico sobras formas e os dispositivos presentes nos métodos dos discursos dos saberes científicos e também sua pesquisa sobre as instituições que sustentam o Estado Burguês. Instituições que exercem poder de captura e adestramento dos corpos, formando “corpos dóceis”. Corpos que se tornam adestrados e anulados ao receberem um bombardeamento sensorial de estímulos e informações produzidas pela sociedade de consumo capitalista. Esses corpos tendem a permanecer dispersos e anestesiados diante das relações de poder e controle social que os capturam.

Neste campo de estudo, se destaca o trabalho de Coelho e Severino¹⁶. Inseridos na linha teórica proposta por Michel Foucault (1926-1984), os autores concluem que os trabalhadores do capitalismo são destituídos dos laços de produção comunal e, forçosamente, tornam-se “livres” para venderem seus corpos e força de trabalho como mercadoria aos donos dos meios de produção, que em troca lhe pagam dinheiro o suficiente para a manutenção de suas engrenagens corpóreas em plena atividade.

Segundo Coelho e Severino¹⁶, Foucault constatou o nascimento e a consolidação das sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e o XIX na Europa. Surge nesse momento o desenvolvimento de uma nova “anátomo-política” do corpo, na qual já não interessa apenas aumentar suas habilidades e aptidões, mas criar “corpos dóceis” e disciplinados. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência (p.87)”.

Com isso, se desenvolve uma tecnologia social de controle disciplinar, que extravasa o espaço das fábricas e se propaga por toda a sociedade. Percebe-se uma trama projetada para capturar o corpo numa rede de dominação, em que cada gesto, postura e comportamento são geridos por uma lógica que está além do corpo. Para Coelho e Severino;

O corpo, superfície privilegiada de inscrição da história, não consegue disfarçar impunemente as marcas deixadas pelos diferentes usos e desusos que recebeu no longo percurso que o leva a contemporaneidade. Corpo- máquina/corpo-produtor, corpo-mercadoria/corpo-consumidor, todos eles ainda pulsam como inconvenientes hematomas no corpo sarado e hedônico de hoje; coexistem em todos, ainda, as marcas de controle social, seja de forma heterônoma, seja por suposta vontade própria (p.95)¹⁶.

Sobre a forma como Foucault expõe esse tema, Ferrari e Dinali¹⁷ esclarecem o nascimento das diversas instituições disciplinares, como as fábricas, hospitais, escolas, quartéis e prisões, em que todas exercem um papel fundamental capaz de moldar a formação dos indivíduos através da disciplina. O que houve nessa época, que se iniciou com a Revolução Industrial e perdurou até a metade do século XX, foi a descoberta do corpo como objeto de submissão ao poder. As disciplinas no mundo capitalista foram postas em prática através do poder privado e do Estado Burguês, e são caracterizadas pela forma sutil de controle dos corpos, com objetivo de estabelecer uma relação de docilidade-utilidade, que aproveita ao máximo as potencialidades desses corpos para a produção e acumulação de capital.

Analisando esse contexto, Fonseca et. al¹⁸ afirmam que as organizações agora buscam no trabalhador não apenas a sua força de trabalho, contrapondo o conceito foucaultiano de corpo dócil, controlado e obediente. Não é mais apenas o corpo que é posto a trabalhar. Desta vez é “a alma que é posta a trabalhar, e o corpo, a máquina são seu suporte¹⁸”. Portanto, não é mais possível imaginar a produção de riquezas e dos saberes sem passar pela apropriação das subjetividades humanas. Sobre essas transformações no paradigma dos modos de produção capitalista, os autores discorrem:

A racionalidade instrumental, que embasa a concepção taylorista/fordista de organização do trabalho, é incapaz de produzir uma subjetividade rica e criativa, como requerida pela atual forma de produção (que exige inventividade, comprometimento, sensibilidade

afetiva, flexibilidade, mobilidade), sendo necessário o que podemos chamar de uma “racionalidade ampliada” (...) Não se trata de elidir o contexto daquilo que atualmente se considera como progresso. Sabemos que a máquina capitalística se insere nos mais refinados meandros da vida e busca, ali, ao encontrar insuspeitadas forças pulsantes, livres, extrair-lhes a potência para a reprodução do capital e de seus modos de sujeição (p.506)¹⁸.

Outro autor que se debruça sobre a relação entre a corporeidade e trabalho é o educador físico Carlos Herold Junior¹⁹, que em um de seus trabalhos sobre o tema afirma que as transformações que ocorridas no mundo do trabalho durante o século XX têm sua origem na expansão global do capitalismo, e foi facilitada pela incorporação do avanço técnico-científico na produção e também no cotidiano de muitas pessoas. O resultado dessa incorporação foi considerar toda atenção e todos os estudos para os atributos intelectuais dos trabalhadores, deixando de lado a importância da materialidade ontológica contida na corporeidade. O corpo como objeto de domínio já não é mais uma questão relevante em tempos de “trabalho inteligente”, pois este está além do corpo.

Em consonância com Fonseca et. al¹⁸ e Junior¹⁹, durante a evolução dos modos de produção capitalista no século XX – Fordismo-Taylorismo-Toyotismo – a ideia de que o ato laboral tinha no corpo a centralidade da sua fonte produtora de mercadoria é posta em cheque, dando espaço a interpretações cada vez mais pautadas na esfera intelectual/psicológica dos trabalhadores.

Em sua análise, o autor sugere um olhar mais preciso sobre o corpo nesse contexto, em que nas rotinas de trabalho esse corpo assume uma possibilidade de inteligência. Ergonomicamente, o trabalho convoca o funcionamento de toda a corporeidade que é regida pela inteligência, que se aplica sobre aquilo que é prescrito pela organização do gerenciamento. Essa lógica é caracterizada pelo método Toyota, “em que a captura da subjetividade do trabalho redonda em uma compreensão psicocorporal (p.19)¹⁹”.

Tendo em vista as transformações promovidas pela evolução nos modos de produção do capitalismo moderno e os inerentes conflitos bioéticos que emergem dessa evolução na relação trabalho-corpo-capital, quais seriam as consequências concretas que se manifestam na corporeidade do trabalhador que envelhece? Não só as consequências

físicas, mas também as sociais e subjetivas. É importante analisarmos esse tema de forma crítica, partindo de indagações que nos convidem a refletir sobre a realidade inerente a todo corpo vivo – a decrepitude marcada pelo tempo no corpo físico que caracteriza a velhice e a finitude humana.

4.5 O DESCARTE DA VELHICE E A BIOÉTICA PARA O ENVELHECIMENTO

A população mundial vem passando por um processo de envelhecimento sem precedentes, que atinge todas as classes sociais. Este fenômeno já é uma realidade experimentada por diversos países centrais há muitos anos; já nos países ditos periféricos, como é o caso do Brasil, este fenômeno vem ganhando força nas últimas décadas.

Teixeira²⁰ se debruçou sobre o tema do envelhecimento da população e apontou que este fenômeno tem sua causa no aumento da expectativa de vida, no declínio da taxa de fecundidade, no avanço médico científico, nos programas de esterilização em massa nas regiões periféricas e nas altas taxas de mortalidade da população jovem e pobre, sobretudo nos países mais desiguais. O fenômeno do envelhecimento que há 50 anos se restringia ao debate da esfera privada e familiar passou a ser tratado, atualmente, como um fator importante a ser discutido também na esfera política, pública e social.

Do ponto de vista demográfico individual, o envelhecimento é definido pelos anos vividos e são considerados velhos, pela OMS, aqueles indivíduos que tem 60 anos de idade ou mais. Na dimensão biológica, o envelhecimento é determinado como um processo de mudança universal, induzido geneticamente e que se manifesta com a diminuição da plasticidade corporal, no aumento da vulnerabilidade devido à decrepitude corpórea e no aumento de probabilidade de morte. Ou seja, o envelhecimento humano é caracterizado pela perda gradativa das potencialidades físicas relacionadas à corporeidade e na diminuição do papel social desse indivíduo, tanto no âmbito familiar, como no produtivo e econômico²⁰.

Em nossa sociedade podemos perceber que a questão do envelhecimento vem se tornando um problema social, principalmente para a classe trabalhadora, que só tem como propriedade sua força de trabalho e que não detém controle total sobre o seu

tempo de vida – pois o mesmo foi posto à venda no mercado de trabalho. Sobre esta problemática, a autora destaca:

(...) a classe dos trabalhadores improdutivos, aqueles cuja forma de trabalho são utilizadas, como serviços, seja para uso público ou para o capitalista, entram no processo de realização da mais-mais valia, em serviços, comércio, bancos e outras modalidades contemporâneas. O capital incorpora ainda o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, os temporários, terceirizados, precarizados em geral, e também os desempregados e todos aqueles que possuem apenas sua força de trabalho não utilizada pelo mercado formal, os expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho, todos aqueles que compõem a classe-que-vive-do-trabalho (p.23)²⁰.

Para a moral capitalista que considera “o tempo é tudo, o homem é nada: e quanto muito a carcaça do tempo (p.23)²⁰” faz com se crie uma experiência cronológica na vida dos trabalhadores com traços negativos, quando expressados no convívio social, à medida que o mesmo transforma o seu tempo de vida em tempo de trabalho, em detrimento de suas necessidades e da sua dignidade. Essa expressão é ainda mais negativa para os trabalhadores que estão envelhecendo sob a realidade econômica de países que estão na periferia do capitalismo. Países estes em que condições estruturais de desigualdades e injustiças sociais são historicamente persistentes. Lugares onde a classe trabalhadora ainda se depara, nos dias de hoje, com o risco do avanço de políticas de cunho liberal que conspiram estratégias para o desmonte do frágil sistema de seguridade social proporcionado pelo Estado.

Políticas liberais que tem o claro objetivo de promover a pulverização dos direitos trabalhistas e previdenciários, levando ao aumento de jornada de trabalho, diminuindo as horas de descanso e estipulando um maior tempo de contribuições, fazendo com que o trabalhador envelheça trabalhando, em detrimento da lógica expansionista do capital, com sua moral de acumulação e exploração do trabalho.

Nas palavras de Teixeira:

A centralidade no envelhecimento do trabalhador advém do movimento real e não apenas de pressupostos teórico-metodológicos. É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia do envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando

perde o “valor de uso” para o capital, em função da expropriação dos meios de produção do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (p.25)²⁰.

Partindo da premissa de que o ser humano experimenta o envelhecer do seu corpo de acordo com o lugar que ele ocupa nas relações de produção e reprodução capitalista, devemos sempre questionar a ideia de que o envelhecimento é um processo universal e que se realiza de forma simétrica e igualitária para todos. “Os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade (p.25)²⁰”. Esse ponto exerce papel norteador nesse artigo. Pois é a realidade do velho trabalhador que está sendo problematizada nesse levantamento teórico.

Diante do cenário de envelhecimento populacional, a bioética pode se tornar a ética do mundo que envelhece. Pois o envelhecimento rápido e sem equilíbrio da humanidade pode levar a um grande colapso econômico. Essa realidade torna a reflexão bioética uma importante ferramenta para a sobrevivência da humanidade²¹.

Uma bioética para o envelhecimento, mais especificamente, deve contribuir com a criação de políticas públicas que permitam enfrentar as reais necessidades da população idosa. Isto é, com objetivo de se tornar uma ética social, uma bioética para o envelhecimento reconhece os idosos como parte integrante da sociedade.

Esses conflitos se acirram ao notar em nossos tempos uma apologia ao culto do corpo jovem apresentado diariamente nos grandes meios de comunicação de massa. Com fins de mercadológicos, vendem uma falsa ideia de juventude eterna, em que o processo de envelhecimento se torna um sinal de descuido e algo a ser evitado. Para sustentar o discurso antienvelhecimento, os meios de comunicação freqüentemente expõem a imagem dos velhos como pessoas incapazes e debilitadas, de comportamentos caricatos que vão da imagem de inabilidade ao lugar de estorvo familiar. O desrespeito social, quando não o desprezo diante do envelhecimento humano representa uma constante ameaça para a autonomia e a dignidade da pessoa idosa. O processo de envelhecimento se expressa da mesma maneira em todos os seres humanos, é o corpo

que envelhece. Independente da cultura, religião, nacionalidade ou etnia, o envelhecimento inevitavelmente chega para todo ser humano²¹.

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e no Brasil esse crescimento vem aumentando de forma acelerada. Todos os anos cerca de 650 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, sendo que grande parte desses idosos apresentam alguma doença crônica ou alguma limitação funcional²². Devido o crescimento rápido dessa parcela da população, a legislação brasileira avançou alguns passos com a promulgação, no ano de 2003, do Estatuto do Idoso. E também, no ano de 2006, através do SUS, formulou-se o pacto pela saúde, que teve como propósito dois eixos: atenção as pessoas idosas que são independentes e a parcela frágil desta população²².

Não é possível, entretanto, compreender o processo de velhice sem ter em mente o conceito de vulnerabilidade. De acordo com Almeida²¹, a vulnerabilidade é definida pela limitação da capacidade e a liberdade do indivíduo. Segundo a autora, o termo também pode ser aplicado no reconhecimento de grupos sociais específicos, que por circunstâncias física, psíquica, social, política ou econômica são vistos, do ponto de vista bioético, como grupos vulneráveis.

O aspecto fundamental para que a vulnerabilidade seja entendida como princípio ético é a obrigação da ação moral, que pode ser realizada em dois sentidos: sob uma ação mais restrita e individual e também sob uma ação mais ampla e coletiva. A vulnerabilidade está presente na essência de todo ser humano, um traço inerente à espécie, tendo em vista a finitude e a fragilidade do indivíduo diante da morte²².

Podemos considerar também que a vulnerabilidade pode ser a perda da autonomia, quando as vontades e decisões deixam de ser consideradas. O estudo de tal condição requer um olhar ético para perceber as nuances entre as pessoas sem autonomia, que por alguma razão se tornam indivíduos vulneráveis diante de uma realidade que nega a sua existência. Daí a importância de se pensar em mecanismos que visem à proteção de grupos vulneráveis. Para tanto, deve estar presente na consciência da humanidade o reconhecimento de sua própria vulnerabilidade, já que todos um dia se encontrarão em uma realidade de fragilidade inerente a vida. É preciso ir de encontro com o outro para assim, construir uma relação mutuamente benéfica, desenvolvendo a ética necessária para a superação de nossas próprias fragilidades²¹.

Nesse contexto, a gerontologia surge como ferramenta epistemológica para analisar os fenômenos do envelhecimento humano. Ainda de acordo com Almeida²¹,

esta ciência embora seja moderna possui antiga história. Deste modo, a velhice se expressa como um fenômeno que não é estanque e natural, mas sim relativa às diversas facetas que envolvem o processo do envelhecer para além de uma dimensão puramente cronológica.

Nesta linha de pensamento, as pessoas envelhecem de maneiras diferentes, pois são influenciadas diretamente por fatores econômicos e sociais. Na sociedade ocidental, temos uma realidade que exclui o idoso, já que é uma sociedade concebida por adultos jovens com plenas capacidades para as práticas e atividades produtivas. Em uma sociedade em que o adulto jovem é o centro das atenções, resta a pessoa idosa uma imagem estigmatizada, o que nos leva a considerar a necessidade da elaboração de políticas afirmativas para os idosos, combatendo preconceitos. É preciso, através de diversas estratégias educacionais, políticas e sociais, preparar a sociedade civil para o fenômeno do envelhecimento populacional, melhorando a atenção à saúde de todos os idosos e se preocupando com o número cada vez maior dessa parcela da população que tende a crescer ainda mais com o passar dos anos²¹.

Podemos destacar a relação entre a bioética do envelhecimento e todas as suas peculiaridades com os aspectos éticos que permeiam as relações e os conflitos entre o trabalhador e o capital durante a vida produtiva, bem como já apresentado por Berlinguer⁴ e como a corporeidade pode nos servir como parâmetro para a intervenção bioética^{5 6 7 8}, pois é no corpo, e mais evidente no corpo envelhecido, que estão presentes todas as marcas, concretas e subjetivas, deixadas pela exploração e pelo controle¹⁶ exercido pelo capital, o que, em muitos casos, promove a perda da dignidade, da autonomia e da liberdade quando colocado à venda no mercado em troca de meios mínimos de subsistência².

Quando a corporeidade já não responde mais às demandas do mercado, por motivos de doenças ou pela decrepitude biológica relacionada à velhice, em que a força de trabalho presente na corporeidade não puder corresponder mais às demandas produtivas exigidas pelo capital, esse corpo envelhecido é descartado. Diante desse contexto, a bioética do envelhecimento reconhece o velho como indivíduo biográfico, de história única, que deve ser reconhecido e ter seus direitos como cidadãos assegurados. A cidadania da população idosa deve contar com espaços de participação em que o idoso esteja ativo de forma concreta e ativa, tendo seus valores morais e éticos, ou seja, sua humanidade respeitada e levada em consideração nas decisões da comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho tentamos demonstrar, através da pluralidade bibliográfica proporcionada pela bioética e de outras áreas do saber, como as relações societárias estão diretamente relacionadas ao controle e exploração dos corpos, através da força de trabalho contida na corporeidade humana, que dentro do sistema capitalista é posta a venda como mercadoria e, como toda mercadoria, é descartada quando não corresponde mais às demandas de exploração física e subjetiva impostas pelo sistema capitalista. Consideramos a percepção bioética de suma importância para a análise dos conflitos persistentes na relação dos trabalhadores com o capital, mais especificamente dos trabalhadores velhos que se encontram em condições de vulnerabilidade física e social, que não tem acesso ao mercado consumidor voltado à parcela de idosos privilegiados economicamente.

Além das questões socioeconômicas que envolvem a população idosa, a atual conjuntura política do Brasil nos convida para uma reflexão sobre um delicado tema, a reforma da previdência social, proposta pelo governo em exercício. Tal reforma vem sendo amplamente divulgada pelos grandes meios de comunicação na tentativa de convencer a população de que ela será positiva. Porém, em recente pesquisa divulgada pelo Portal R7, constatou-se que existe uma enorme rejeição à proposta por ser demasiada injusta com os trabalhadores. O governo pretende alterar o cálculo e pressionar o trabalhador a contribuir mais tempo para receber o valor integral da aposentadoria. Para se aposentar com 100% do benefício, será preciso contribuir 49 anos. Ou seja, os trabalhadores envelhecerão trabalhando, isso se o mercado se propuser a reinventar seus modos de produção para absorver a parcela envelhecida da população, enquanto que o Estado se exime da responsabilidade social com os idosos.

Durante o levantamento teórico dentro do campo da bioética, notamos que muitos autores da área, tal como apresentado por Maria de Lourdes Feitosa Lima²³ e Maria Julia Kovács²⁴ que se debruçam sobre o tema da velhice e o relacionam com o fim da vida ou com o poder de decisão da pessoa idosa diante da morte. Neste trabalho, pretendemos ter demonstrado que existe vida na velhice, porém, sempre levando em consideração que o fenômeno do envelhecimento é distinto para cada pessoa, pois é determinado pelo lugar que esse indivíduo ocupou durante sua vida produtiva. Assim, concluímos que a população idosa, que vem crescendo cada vez mais, requer um olhar

humanizado e ético que proporcione o despertar da consciência de toda a sociedade que respeitar a velhice em sua totalidade é respeitar, com dignidade, nosso próprio futuro, pois o envelhecimento é inerente à espécie humana e chegará, inevitavelmente, a todos.

REFERÊNCIAS

1. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos#main-content> acesso em 21.01.2017.
2. Marx K. O capital: crítica da economia política. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
3. Engels F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. 1ª ed. São Paulo: Boitempo; 2015.
4. Berlinguer G. A relação entre saúde e trabalho do ponto de vista bioético. Saúde soc 1993; 2(2): 101-34.
5. Garrafa V. Inclusão social no contexto político da Bioética. Rev Bras de Bioética 2005; (1)2: 122-32.
6. Garrafa V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. Rev Bioética 2005; (13)1: 125-34.
7. Nascimento WF, Garrafa, V. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. Ver Saúde soc 2011; (20)2: p. 287-99.
8. Porto D, Garrafa V. Bioética de intervenção: considerações sobre economia de mercado. Rev de Bioética 2005; (13)1: p. 2835-43.
9. Baffi MAT. Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório. Petrópolis; 2002.
10. Hirano S. Política e economia como formas de dominação: o trabalho intelectual em Marx. Rev. Sociol. USP 2001. 13(2): 1-20.
11. Santos VC. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Unicamp. Campinas: 2009; p 1-9.
12. Alban M. Automação Flexível: O caso do Taylorismo-Fordismo e a Supremacia do Toyotismo. Revista O & S 1999. 6(15): 71-82.
13. Lacaz, FAC. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. C & S Col 2000. 5(1): pp.151-61.
14. Lins TA, Vasconcelos LCF, Palacios M. Bioética e saúde do trabalhador: uma interface. Rev. Bioet 2015; 23 (2): 293-303.

15. Da Cruz, MR, Trindade ES. Bioética de Intervenção – uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis. *RevBra de Bioética* 2006; (2) 4: 483-500.
16. Coelho RFJ, Severiano MFV. História dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo. *Rev do Dep de Psicologia* 2007; (19) 1: p. 83-100.
17. Ferrari A, Dinaldi W. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma "gaiola". *RevEduc* ver 2012; (28)2: 393-422.
18. Fonseca T, et. al. Dos modos de existências das tecnologias: um trabalho sem fim. *RevPsicol* 2008; (20) 2: 503-18.
19. Junior CH. Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. *RevTrabEduc Saúde* 2012; (10)1: p. 11-35.
20. Teixeira S. Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: Implicações para a proteção social no Brasil. 1ªed. São Paulo: Cortez; 2008.
21. Almeida, LD. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. *Revista Bioética* 2010; 18(3): 537 – 48.
22. Silva, GC.. Caldas, C. P. Aspectos éticos da abordagem contemporânea do envelhecimento. *ArqCiênc Saúde* 2009 abr/jun; 16(2):76-82.
23. Kovács, MJ. Bioética nas questões da vida e da morte. *Psicol USP*. 2003; 14(2): 115-167.
24. Lima, MLF. Bioética e o fim da vida: o debate sobre a tomada de decisão, às portas do infinito [Dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; 2013

BIBLIOGRAFIA

ALBAN, Marcus. Automação Flexível: O ocaso do Taylorismo-Fordismo e a Supremacia do Toyotismo. **Revista O & S**, v.6, n.15, maio/agosto, 1999.

ALMEIDA, L. D. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**, v.18, n. 3, p. 537 – 48, 2010.

AGRA DO Ó, Alarcon. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.389-400, abr.-jun. 2008.

ARREAZA, AntonioLuis Vicente. Epidemiologia crítica: por uma práxis teórica do saber agir. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.4, p.1001-1013, São Paulo: 2012.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. Modalidades de pesquisa: um estudo introdutório. Pedagogia em Foco. Disponível em: <http://usuarios.upf.br/~clovia/pesq_bi/textos/texto02.pdf>. Acessado em 15/10/2016.

BERLINGUER, Giovanni. A relação entre saúde e trabalho do ponto de vista bioético. **Saúde e sociedade**, v.2, n.2, São Paulo: 1993.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. Et. al. **O fim do fator previdenciário e a introdução da idade mínima: questões para a previdência social no Brasil**. IPEA, Brasília: setembro de 2016.

CANNING, David. The Causes and Consequences of the Demographic Transition. **Program on the Global Demography of Aging**, Cambridge - MA, n.70, jul. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crítica e Sociedade: **revista de cultura política**. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

COELHO, Romulo Frota da Justa; SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. História dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**; v. 19, n.1, p. 83-100. Jan./Jun. 2007.

DA CRUZ, Márcio Rojas; TRINDADE, Etelvino de Souza. Bioética de Intervenção – uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, n. 4, 2006.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2015.

FAGUNDES, Maria José Delgado et al .Análise bioética da propaganda e publicidade de medicamentos. **Ciência e saúde coletiva**, v. 12, n. 1, Rio de Janeiro: Mar. 2007.

FERRARI, Anderson; DINALI, Wesley. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma "gaiola". **Educação em revista**, v. 28, n. 2, Belo Horizonte: Junho, 2012.

FONSECA, Tânia M. G. et. al. Dos modos de existências das tecnologias: um trabalho sem fim. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.20, n. 2, Rio de Janeiro: jul./dez. 2008

FRANÇA, Lucia H. F.P; SOARES, Dulce, H. P. Preparação para a Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida. **Psicologia ciência e profissão**, v. 29, n. 4, p. 738-751.

GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. **Revista Bioética**, v. 13, n. 1, 2005.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da Bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 1, n. 2, 2005.

FERNÁNDEZ, Ramón G; VIERA, José G. S. **A estrutura das revoluções científicas na economia e a Revolução Keynesiana**. Estud. Econ. vol.36 no.2 São Paulo Apr./June 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

JUNIOR. Carlos H. Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 11-35, Rio de Janeiro: mar/jun.2012.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n. 1, p.151-161, São Paulo, 2000.

LINS, T. A; VASCONCELLOS, L.C.F de; PALACIOS, M. Bioética e saúde do trabalhador: uma interface. **Revista bioética**, v.23, n.2, p. 293-303, Brasília: 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 1ed, São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1 ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

MELO, Samuel P. Trajetórias de feirantes idosos: relações idosos: relações de proximidade, corpo e trabalho. **Revista do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, v. 19, n. 1, p. 265-285, Porto Alegre: 2014.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; GARRAFA, Volnei. **Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade**. **Saúde e sociedade**, v. 20, n. 2, 2011, p. 287-299.

PORTAL R7. **Metade dos brasileiros reprovava reforma da previdência, aponta pesquisa.** Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/metade-dos-brasileiros-reprova-reforma-da-previdencia-aponta-pesquisa-18012017>. Acesso em 13 mar. 2017.

PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: considerações sobre economia de mercado. **Revista de Bioética**, v.13, n.1, São Paulo: 2005.p. 2835-2843.

QUEIROZ, Z. P. V. RUIZ, C. R. FERREIRA, V. M. Reflexões sobre envelhecimento humano e o futuro: questões de ética, comunicação e educação. **Revista Kairós**, v. 12, n.1, p. 21-37. 2009.

RAMOS, F. R. S; Ó, J. R. Bioética e identidade profissional: a construção de uma experiência de si do trabalhador da saúde. **Interface -Comunic., Saúde, Educ.**,v.13, n. 29, Botucatu: Abr/Jun 2009

SALVADOR, Bergel. Bioética, cuerpo y mercado. **Revista Colombiana de Bioética**, v. 2, n. 1, Janeiro-Junho2007.

SANCHES, Mario Antonio; MANNES, Mariel; CUNHA, Thiago. **Vulnerabilidade moral: uma leitura da condição de exclusão no contexto da bioética.** Artigo se encontra no prelo, 2016.

SANTOS, Vinícius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos.** Artigo submetido ao VI Colóquio Internacional Marx e Engels nas seções de comunicações do Grupo Temático 9 - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo. Campinas: 2009.

SILVA, G. C. CALDAS, C. P. Aspectos éticos da abordagem contemporânea do envelhecimento. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 16, n. 2,p.76-82, 2009.

SOUZA, Rosângela Ferreira; MATIAS, Hernani Aparecido; BRÊTAS, Ana Cristina Passarela. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6,p.2835-2843, São Paulo: 2010.

SOUZA, Rosângela Ferreira; MATIAS, Hernani Aparecido; BRÊTAS, Ana Cristina Passarela. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6,p.2835-2843, São Paulo: 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital:** Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.